

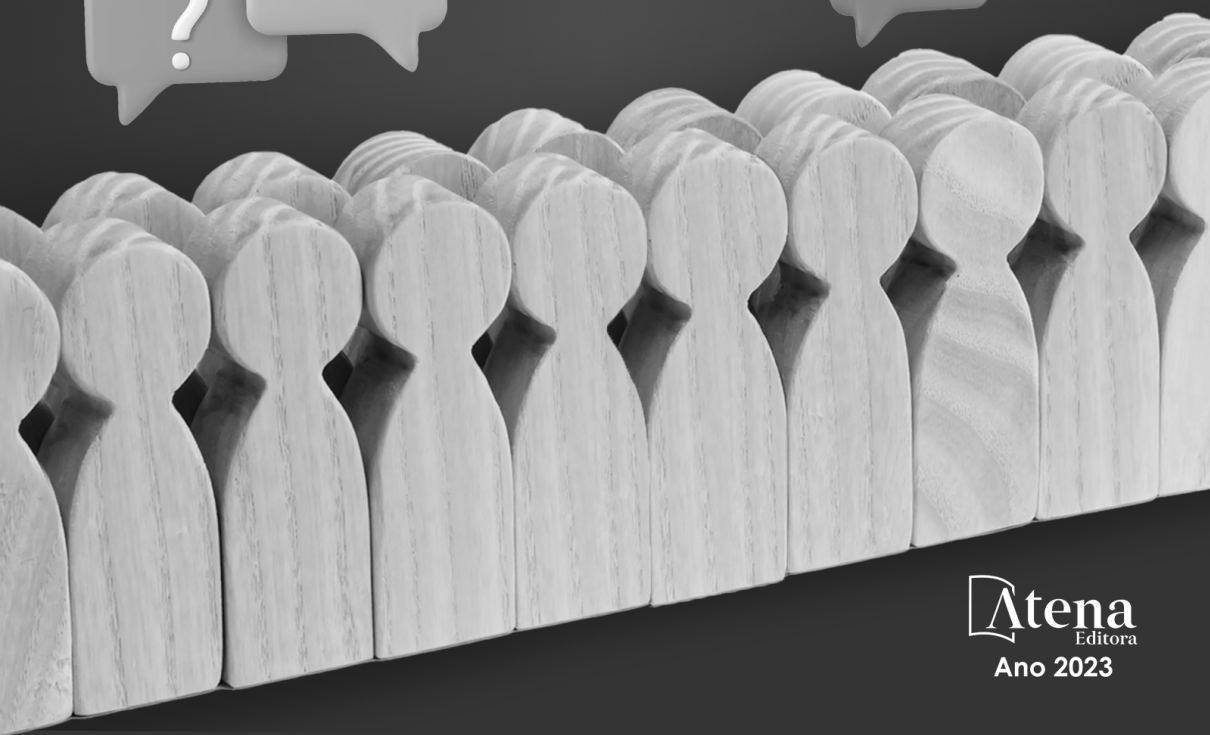
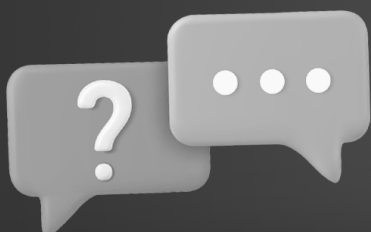
SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS 2



SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)

PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS 2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
P474	<p>Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1425-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.254231506</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Ciências humanas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea '*Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas 2*' é composta por 05 (cinco) capítulos produtos de pesquisa, revisão de literatura, relato de experiência, dentre outros.

O primeiro capítulo, analisa as *diferentes narrativas históricas sobre os indígenas do Sertão da Ressaca, confrontando a historiografia local com as memórias dos indígenas paneleiros Mongoyó que habitam a Comunidade de Ribeirão dos Paneleiros, território de Batalha, coletadas entre os anos de 2009 e 2021*.

O segundo capítulo, apresenta o mapeamento das produções oriundas do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS* no período de 2016 a 2023 e suas contribuições no processo de letramento científico, divulgação e popularização da ciência e tecnologia.

O terceiro capítulo, por sua vez, discute o *papel da mediação dos objetos e dos elementos tecnológicos na transmissão de conhecimento online*, a partir da análise de vídeo-tutoriais do canal *Vimeo Video School*, na plataforma audiovisual *Vimeo*,

O quarto capítulo, analisa a *viabilidade econômica e financeira das famílias assentadas no Consórcio do Vale do Rio Cuiabá-MT*, a partir da renda do produtor familiar e presença da assistência governamental.

E finalmente o quinto capítulo, discute as potencialidades de regularizar transformar empresas familiares para o crescimento econômico, geração de empregos e acesso a financiamento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

CAPÍTULO 1 1**MEMÓRIAS INVISÍVEIS: O PROJETO DE ETNOCIDIO DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA**

Juliana de Oliveira Gonçalves

José Alves Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2542315061>**CAPÍTULO 2 13****MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO SABERES E PRÁTICAS NO SUS: CONTRIBUIÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA**


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Renata Alves Cesar Fernandes


Sheilla Nadíria Rodrigues Rocha

Christiane Virginio de Oliveira Barbosa

Karoline Rodrigues de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2542315062>**CAPÍTULO 328****LETRAMENTO AUDIOVISUAL, VIMEO VIDEO SCHOOL E A TEORIA ATOR-REDE**

Pedro Cezar Duarte Guimarães


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2542315063>**CAPÍTULO 444****DIAGNÓSTICO DE RENDA DOS PRODUTORES FAMILIARES ASSENTADOS NO VALE DO RIO CUIABÁ, SOB CONDIÇÕES DO RISCO-ESFORÇO**

Mamadou Lamarana Bari

Jordi Rosell

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2542315064>**CAPÍTULO 560****TRANSFORMAR EMPRENDIMIENTOS FAMILIARES EN EMPRESAS FAMILIARES**

Tayupanta López Amparo del Consuelo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2542315065>**SOBRE A ORGANIZADORA70****ÍNDICE REMISSIVO 71**

MEMÓRIAS INVISÍVEIS: O PROJETO DE ETNOCIDIO DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA

Data de aceite: 02/06/2023

Juliana de Oliveira Gonçalves

Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia.
Vitória da Conquista – Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/3124235022131283>

José Alves Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia.
Vitória da Conquista – Bahia.
<http://lattes.cnpq.br/8925819574173012>

RESUMO: O presente trabalho é um recorte da pesquisa devolvida no Programa de Pós-graduação Memória: Linguagem e Sociedade, cujo objetivo principal é investigar as diferentes narrativas históricas de memórias sobre os indígenas do Sertão da Ressaca. Para tanto, tomou-se como ponto de partida, e, portanto, objeto do trabalho, um território pertencente a Zona Rural da cidade de Vitória da Conquista, atualmente reconhecido como quilombola: O Território de Batalha. Tal localidade recebeu historicamente essa denominação por ter sido o local onde as tropas de João Gonçalves da Costa guerrearam contra os indígenas que ali habitavam. Atualmente o território de Batalha está subdividido em

três comunidades: Comunidade de Batalha, Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa do Arroz. De acordo com os registros históricos os colonizadores venceram as comunidades nativas definitivamente no evento conhecido como “o Banquete da Morte”, que, supostamente pôs fim a trajetória dos indígenas do Sertão da Ressaca, abrindo caminho para ascensão do que em um futuro próximo, ficaria conhecida como cidade de Vitória da Conquista: Joia do Sertão Baiano, terceira maior potência do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Batalha. Indígenas Paneleiros Mongoyó. Memória. Resistência.

INVISIBLE MEMORIES: THE PROJECT OF ETHNOCIDE OF THE INDIGENOUS PEOPLE OF SERTÃO DA RESSACA

ABSTRACT: The present work is a clipping of the research returned to the Postgraduate Program Memory: Language and Society, whose main objective is to investigate the different historical narratives of memories about the indigenous people of the Sertão da Ressaca. To this end, we took as our starting point, and therefore the object of our work, a territory belonging to the Rural Zone of the city of Vitória da Conquista,

currently recognized as quilombola: the Territory of Batalha. Historically, this place received this name because it was the site where João Gonçalves da Costa's troops fought against the indigenous people who lived there. Currently, the Batalha territory is subdivided into three communities: Batalha Community, Ribeirão dos Paneleiros, and Lagoa do Arroz. According to historical records the colonizers defeated the native communities definitively in an event known as "the Banquet of Death", which supposedly put an end to the indigenous trajectory of the Sertão da Ressaca, paving the way for the rise of what in the near future would become known as the city of Vitória da Conquista: Jewel of the Bahian Sertão, third largest power in the state.

KEYWORDS: Battle. Mongoyó Indians. Memory. Resistance.

INTRODUÇÃO

Analisando a historiografia de Vitória da Conquista, especialmente no tocante a construção da memória social, percebe-se uma latente lacuna do protagonismo indígena, revelando-se, portanto, um audacioso projeto etnocêntrico que invisibiliza a presença dos indígenas ainda existentes no território. Nessa perspectiva, o presente trabalho analisa as diferentes narrativas históricas sobre os indígenas do Sertão da Ressaca, confrontando a historiografia local com as memórias dos indígenas paneleiros Mongoyó que habitam a Comunidade de Ribeirão dos Paneleiros, território de Batalha, coletadas entre os anos de 2009 e 2021, a fim de que seja possível tecer um debate sobre o motivo de prevalecer na cidade de Vitória da Conquista uma memória etnocêntrica que invisibiliza a memória dos indígenas do território, e, como essa realidade revela um projeto etnocida contra os povos originários iniciado desde o período colonial e ainda referendado pelo Estado atual.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico da pesquisa consiste, primeiramente, na realização de revisão bibliográfica sobre o tema a partir de leituras de livros, revistas históricas e periódicos. Nesse ponto, a obra de Aníbal Viana e Mozart Tanajura serão os arca-bouços históricos principais que subsidiarão a análise sobre a historiografia de Vitória da Conquista. Paralelamente, confrontar-se-á a bibliografia pesquisada com as narrativas dos Paneleiros Mongoyó, utilizando a história oral como técnica e discutindo a partir das teorias da memória, sobre como o embate das narrativas pesquisadas leva-nos a descortinar o projeto de etnocídio das comunidades indígenas de Vitória da Conquista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sertão da Ressaca era uma faixa territorial compreendida entre o Rio Pardo e o Rio de Contas. A história aponta que o colonizador João Gonçalves da Costa iniciou um audacioso projeto de colonização do território, originando, dessa forma, a cidade de Vitória da Conquista. Nessa perspectiva, ainda amparados pela historiografia local, tem-

se que quando chegou as terras do Sertão da Ressaca, Gonçalves deparou-se com três etnias indígenas, quais sejam: Pataxó, Kamakã (Mongoyó) e Guéren (Aimorés), as quais lutaram bravamente na defesa dos seus territórios, entretanto, depois de muito embate, os indígenas foram massacrados e vencidos no histórico “Banquete da Morte”, festa arquitetada supostamente com um intuito de selar um acordo de paz entre colonos e nativos diante dos frequentes conflitos que persistiam mesmo tendo sido dado por colonizado o território, mas que verdadeiramente se revelou como sendo uma perversa estratégia exterminadora que levou, de acordo com as narrativas oficiais, o fim dos indígenas do Sertão da Ressaca.

Nesse sentido, pensando na trajetória das comunidades originárias que desde o início da colonização das terras do Sertão da Ressaca povoavam a região, bem como, refletindo sobre como as versões escritas pelos principais memorialistas locais, tais como, Mozart Tanajura (1992) e Aníbal Viana (1982) são referendadas pela memória social, que nasce as aspirações desse trabalho.

O estudo das teorias da memória, aliado à exploração da história oral leva-nos a entender e talvez responder alguns dos anseios epigrafados no parágrafo anterior. O sociólogo francês Maurice Halbwachs estudou a memória enquanto fenômeno coletivo que perpassa gerações. Ele entende que a memória se vincula a “toda a vida material e moral da sociedade das quais fazemos parte” (HALBWACHS, 1952, pág. 38) e que, a partir dos marcos sociais, ou seja, de um conjunto de pessoas, grupos, lugares, datas, enfim, experiências vividas coletivamente é que ocorrem os registros de memória, que, em qualquer caso, dependem de um dos quadros mais elementares para serem transmitidos: a linguagem (MAGALHÃES, 2007).

Para o Autor, como já dito, a memória humana é um fenômeno eminentemente social que age sob uma lógica coercitiva de memórias coletivas compartilhadas por grupos sociais, mesmo quando individual, e que sempre se baliza em experiências vividas ou recebidas, herdadas para recompor ou se apropriar de um tempo passado a serviço do tempo presente. (MAGALHÃES, 2018). Jacques Le Goff, historiador francês, afirma que sempre que as sociedades são predominantemente orais, a transcrição para a memória coletiva escrita constitui a melhor oportunidade para entender a luta para dominar as recordações. (FERREIRA & AMADO, 2001, p. 86).

Nesse sentido, trazendo essa discussão para o contexto histórico sobre o processo as origens de Vitória da Conquista, visualizamos nas obras que retratam a história da região que as mesmas vão sempre no mesmo sentido, em outras palavras, finalizam o protagonismo indígena no “Banquete da Morte”. Além disso, a figura indígena é, por vezes, estereotipada, ressaltando características negativas completamente descontextualizadas, que justifica o massacre daqueles povos em função da ascensão econômica da região.

Há um acervo histórico limitado sobre os grupos étnicos que compuseram o Sertão da Ressaca, dos poucos existentes, o principal autor é o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, quando este passou pelo território no início do século XIX. Os relatos do príncipe

apontam como etnias predominantes os indígenas Kamakã (Mongoyó), Guéren (Aimorés ou Botocudos) e Pataxó.

Essas etnias pertenciam ao mesmo tronco: Macro-Jê¹. Cada um deles tinha sua língua e seus ritos religiosos. Os Mongoyó destacavam-se por costumar se manter em uma determinada área, enquanto os Botocudos e Pataxó tinham como característica compartilhada a exploração frequente de territórios distintos.

Sobre as características dos nativos, descreveu Wied Neuwied (2000, p. 203): “[...] Estes selvagens, não têm nenhuma aparência extraordinária, não são nem pintados nem desfigurados; alguns são baixos, a maioria é de estatura média, um tanto delgados, de caras largas e ossudas, e feições grosseiras”. Ao passo que Viana (1982) ressalta:

Desta extensa região sudoeste da Bahia onde está situado o Município de Vitória da Conquista, principalmente, eram os donos os índios Mongoiós, ou Monochós também conhecidos por Camacans; os Pataxós e Amborés ou Imborés que eram descendentes dos Tupinambás. Habitavam da Serra dos Aymorés, limites do Estado do Espírito Santo, ao Rio de Contas, abrangendo as matas do município de Poções (naquele tempo). (VIANA, 1982, p. 7)

A bibliografia aponta para a existência de três etnias arroladas pós-colonização, e em um cenário catastrófico. Os indígenas ainda lutavam contra o progresso civilizatório que avançava drasticamente. O que era mata virgem, provedora de abrigo e comida, passou a se transformar em fazendas propícias à pecuária e à agricultura.

Os nativos eram, na sua maioria coletores, todavia, a derrubada das matas em uma velocidade desenfreada resultou na redução dos meios de sobrevivência, em contrapartida, todas as etnias eram guerreiras por excelência, algumas mais sociáveis do que outras, contudo, se tratando da defesa do seu território eram imbatíveis e, por isso, não foram apenas vítimas desse processo, foram sujeitos protagonistas que atuaram ativamente na defesa dos seus lares. De acordo com Viana (1989):

Entre as tribos que habitavam outrora o território de Conquista, houve duas que chamam particularmente atenção – a dos Amborés ou Imborés nesta zona até a de Poções. Eram quase pretos, altos e muito ferozes e a outra, de índios eram claros de cor, quase alourada – os Mongoiós, também conhecidos por Camacans descendentes dos Tupinambás e que ocupavam anteriormente o território de Ilhéus até o Rio Pardo e posteriormente o território de Conquista onde tinha aldeias, uma das quais, era situada no local em que foi construído o <<Jardim das Borboletas>> até que foram batidos pelos conquistadores Mestre-de-Campo João da Silva Guimarães, pela segunda vez em 1752, e depois, com o seu genro Capitão-Mor João Gonçalves da Costa em 1782 [...]. (VIANA, 1989, p. 8)

Percebe-se que na descrição dos indígenas locais a narrativa sempre vai se iniciar ressaltando a “animalidade”, “selvageria”, “antropofagismo” e “falta de humanidade”

¹ Macro-Jê é um tronco linguístico formado por várias línguas indígenas brasileiras. Estas línguas são faladas por povos indígenas que habitam, principalmente, regiões do interior dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará, Tocantins, Pernambuco e Espírito Santo. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>.

daqueles povos, descuidando, porém, do contexto histórico e peculiaridades deles.

Ainda mergulhados na obra de Viana (1989), identificamos outra descrição pejorativa sobre os povos originários. Segundo ele:

Os índios Mongoiós ou Camacans eram, como nos dão notícias os historiadores, domesticáveis após capturados, tornando-se mansos. Odiavam os Pataxó que eram brutas feras humanas que os impediam de atravessar o pequeno Rio Das Barras, (entre Catolé Grande e a Fazenda Onça, estrada pedestre de Itambé para Itabuna). Viviam em lutas constantes com os Pataxós atacavam as suas aldeias (dos Mongoiós) queimavam-lhes as crianças vivas segurando-as pelos pés, enquanto outros, assistiam alegres e em gargalhadas a triste cena, deliciando-se com o cheiro da gordura que caía no braseiro; batiam com as cabecinhas dos meninos depois de assados pelos paus, até soltaremos miolos. Os Botocudos também faziam prisioneiros os seus irmãos da selva com quem lutavam e se vencessem, acabavam, as vezes, com a tribo vencida. (VIANA, 1989, p. 7-8)

O autor não registra no texto qual a fonte do relato destacado ou se ele é de sua autoria, de todo modo, persiste a mesma discussão: a depreciação da figura indígena. Ressaltar a risada e a alegria dos nativos ao sacrificar uma criança, tende a levar o leitor além de abominar os povos originários, crer que aqueles não eram humanos por serem desprovidos de qualquer sentimento de compaixão ou racionalidade.

O objeto desse trabalho, isto é, o Território de Batalha, carrega consigo nas memórias dos seus filhos a identidade e resistência de um povo que viu os seus ancestrais serem massacrados na luta contra a invasão dos seus territórios e, como consequência, foram submetidos a um cruel processo civilizatório que tem contribuído gradativamente com a perda da identidade cultural daquele povo como relata os próprios indígenas da região:

O Sr. Jesulino relata que:

A Batalha já foi um fazendão muito grande. Essa terra começava lá no Poço Escuro. Pé da Serra, Ricoluta, Morro Verde, Serra Grande, Mandacaru e seguia para Laje do Gavião. As escrituras dessa divisa aqui ó: Poço Escuro, Pé da Serra, Ricoluta, Morro Verde, Mandacaru, está tudo em Caetité. É aquelas das antiga, daquele tempo. [...]. (OLIVEIRA. J. R., 2009)

A Sra. Maria Rodrigues é categórica ao afirmar: “A Batalha se chama Batalha porque foi lá que os portugueses venceram os índios, eles perseguiram os índios até conseguiram vencer eles lá”. (OLIVEIRA. M. R., 2021). O Sr. Adelino corrobora com a narrativa:

[...] Eu nasci e criei no Ribeirão, nós tudo é descendente dos índios. Ali se chama Batalha dos índios, o ovo velho dali era Tio Artur, Tio Fulosino, Tio Valentino moravam ali onde foi de Dunolasco, ali era dele, até onde saía no Caboclo. Ali era uma aldeia de índio, meus parentes velhos antigos eram dali mesmo. A finada Mirquilina foi pegada ali, ela era a mãe da minha vó, ela foi pegada na Batalha, eles pegaram ela com aproximadamente 10 anos, foram mais de 10 homens para segurar. Aí para ela acostumar, o finado Capitão João Antônio levou ela para Salvador, nesse tempo não chamava de Salvador, o povo chamava de Bahia, levou ela para lá para ensinar ela a comer sal, porque ela não sabia comer sal, até domesticou ela, aí depois trouxe pra cá,

foi quando ela casou com meu avô, o pai de Tio Pedro, seu bisavô, ele era índio também. O Capitão João Antônio foi quem criou a mãe de compadre Vadim, depois ela casou com Afonso. Ali tudo é descendente de índio, não tem para onde correr [...]. (OLIVEIRA, A. M., 2021)

A narrativa do Sr. Adelino nos remete a invasão colonial que ocorreu na região, sendo seus habitantes, especialmente os do sexo feminino, capturadas, estupradas e violentadas. O emprego da violência contra as mulheres indígenas para possibilitar a domesticação foi uma perversa técnica implantada pelos colonizadores do território que, objetivando transformar o indígena em um servil, retirava-os do seu lar natural, levava para terras longínquas e os domesticam. Dos relatos obtidos através dos moradores locais, todos, sem exceção, narram tal prática violenta cometida contra seus ancestrais. Nesse ponto, relata o Sr. Jesulino, conhecido por S. Jês, (*in memoriam*):

[...] no tempo dos antigos índios [...] um povo que estavam caçando aí na Batalha roubou uma índia, pequena ainda [...] a índia era tão bonita, mais tão bonita que eles não tiveram coragem de matar ela não. Então deixaram a bichinha amarrada e foi buscar não sei o que para levar ela. Só que ficou um deles com ela. Mas ele ficou olhando demais para a índia, e ela era bonita demais. Daí ele ficou querendo mexer com ela. Tentou beijar ela [...]. Ela deu uma mordida nele que arrancou o queixo fora. Daí ele ficou com tanta raiva que quando o povo chegou que viu só os dentes dele do lado de fora, mataram a indiazinha [...] tadinha [...] quem mandou eles ir bulir com ela [...] a bichinha não tinha culpa de nada. Aliás, os coitados dos índios não tinham culpa de nada e eles mataram os bichinhos tudo. Está certo que tinha uns índios brabos, mas isso daqui tudo era deles desde o princípio do mundo [...] então veio um capitão não sei como que era. E matou eles tudo [...]. Outra vez, um povo também apanhou umas índias aí e levou para algum canto, onde esse povo dos capitães moravam. Mas essas índias não viveram com eles não. Morreu tudo que eles deram sal para elas comer. Aí os índios não comiam sal. Para eles, sal fazia mal. Então as índias morreram. [...]. (OLIVEIRA, J. R., 2009)

Dos relatos, percebe-se que a captura de indígenas, era uma prática costumeira, especialmente o de crianças. Além disso, a inserção do sal na dieta dos nativos é destacada pelos entrevistados como extremamente danosa para saúde daqueles, o que levou a morte de muitos. Mesmo assim, perdurou por muito tempo a técnica letífera, até que inserido e normalizado nas comunidades originárias.

Paraíso (2006) salienta que essa era uma prática costumeira, que se camuflava como pedagógica, a fim de promover a socialização dos indígenas, para que, posteriormente, se tornassem servos úteis e obedientes, uma vez que seria mais viável empregar tais técnicas quando ainda jovens, haja vista que os adultos eram mais resistentes à incorporação dos hábitos entendidos como civilizados. Inclusive, no Sertão da Ressaca encontramos relatos sobre a captura de crianças nos registros oficiais, a exemplo dos documentos do Conde da Ponte quando discorre sobre a colonização do Rio Pardo, em que relata a morte de crianças da etnia Ymboré (Botocudos) encaminhadas por João Gonçalves da Costa, devido à mudança alimentar. (PARAÍSO, 2006, p. 43)

Sobre o aprisionamento de indígenas, a literatura local é bastante limitada nesse ponto, mesmo assim, alguns relatos descrevem a violência, a captura e os abusos cometidos contra indígenas da região e nos possibilita ratificar as declarações dos moradores locais. Nos Anais da Biblioteca Nacional encontramos a narrativa de eventos conflituosos entre indígenas e colonos que, no final, resultaram no aprisionamento de mulheres e crianças:

[...] postos por detrás dos paus se defendiam de alguns tiros [...] eles com as mulheres a seus lados, e carregada de flechas, iam distribuindo-as aos homens, para que com maior presteza fizessem seus tiros. [...] com grande multidão de flechas ficaram 3 soldados feridos; o que visto pelo intrépido capitão Raymundo, puxando a espada, mas os bárbaros não esperarão, antes abandonando seus ranchos se puseram em fuga [ilegível] Sargento mór, e alguns soldados de igual valor, tratando de amarrar os pequenos, que apanharão 8, [ilegível] uma mulher de meia idade com cria no peito; [ilegível] ficarão no campo mortos 21. (Anais da Biblioteca Nacional - RJ, 1915, p. 456)

Viana (1982) destaca evento similar aos narrados pelo S. Adelino e pelo Sr. Jesulino:

[...] Certa vez, na luta com os Pataxós, Seu Bitonho aprisionou alguns deles e botou a mão em uma **indiazinha**, completamente nua, muito bonitinha, de uns 14 anos, muito brava e tentou beijá-la, recebendo desta uma forte dentada no nariz, ocasionando-lhe perda de sangue. Irritado, no momento de **irreflexão**, sacou do afiado facão que portava e usava nas lutas com os índios e varou o abdômen da indiazinha de um lado para o outro! [...]. (VIANA, 1982, p. 9). (Grifo nosso)

Não podemos afirmar que os acontecimentos descritos pelos moradores de Batalha e o contado por Viana (1982) são os mesmos ou fazem parte do mesmo intervalo de tempo, todavia, fato é que tais eventos eram corriqueiros e faziam parte da realidade daquele período. O episódio exposto pelo autor narra, em verdade, uma tentativa cruel de abuso sexual praticado pelo Coronel Antônio De Andrade Coimbra, conhecido por S. Bitonho, contra uma nativa da etnia Pataxó. O Coronel residia no Arraial do Cachimbo, onde era comerciante reconhecido, obtendo grande influência social e política. De acordo com Viana (1982), no início do Século XIX o Coronel Bitonho ganhou grande destaque por desempenhar o mesmo papel dos bandeirantes, isto é, promover a expansão do território reduzindo as áreas de mata nativa e guerreando contra os indígenas. (VIANA, 1982).

Da análise dos confrontos historiográficos, vê-se que as narrativas historiográficas da cidade contribuem para o enaltecimento de uma memória etnocêntrica, os trechos até aqui colacionados demonstram a metodologia da maioria dos autores que, ao tratarem da história de Vitória da Conquista, selecionam fatos e decidem o que deve ou não ser lembrado pela história. As narrativas dos indígenas de Ribeirão dos Paneleiros demonstram que, desde o período colonial seus ancestrais foram espoliados das suas próprias terras, sem falar na sua cultura e identidade, mesmo assim, há-se um esforço demasiado em explicar a violenta técnica empregada contra os nativos para justificar a ascensão dos locais conquistados, entre eles, Vitória da Conquista.

As memórias dos habitantes de Batalha quando questionados sobre sua ancestralidade, partem sempre do mesmo ponto: seus ancestrais foram capturados nas matas e domesticados, como afirmou Maria Elza (2021) “A tataravó de mãe foi pega de cachorro, pegaram ela e fizeram de escrava” e S. Adelino (2021) “A finada Mirquilina foi pega ali, ela era a mãe da minha vó, ela foi pega na Batalha, eles pegaram ela com aproximadamente 10 anos, foram mais de 10 homens para segurar”.

Depois da captura e domesticação dos indígenas de Batalha, há uma relevante mudança socioespacial no território, o que interferiu no modo de vida, cultura e limites geográficos da comunidade. A Sra. Alice destaca algumas características da localidade antes da chegada dos fazendeiros:

[...] Lá na Batalha era mato fechado e o povo dizia que lá tinha índio, até casa de índio o povo já achou lá, lá para o lado da Santa Inês.

Nós morávamos lá naquela terra que hoje é de Jessé, todo mundo tinha um pedacinho de terra, lá era tudo mato, só tinha os camizinhos para ir para casa de um, ir para casa de outro, não tinha estrada não, não tinha plantio de capim, não tinha nada disso. As cercas só existiam para quem fazia roça, só para os bichos não comer [...]. (OLIVEIRA, A.R., 2021)

E completa o Sr. Jesulino:

[...] Antigamente era muito diferente [...] os animais, criavam solto. Cada um sabia qual era sua criação. Criava carneiro, cabra, porco, aí tudo solto. Fazia as rocinhas cercadinhas assim, tudo, para bicho não entrar. Nada passava. Nós mesmo, tinha um rebanho de carneiro e cabra, os vizinhos tudo tinham, criava tudo junto. Mas só que antigamente era muita terra. Isso tudo era a Batalha. A Batalha já foi um fazendão muito grande. Essa terra começava lá no Poço Escuro. Lá da Serra, Recluta, Morro Verde, Serra Grande, Mandacaru e seguia para Laje do Gavião. As escrituras dessa divisa aqui ó: Poço Escuro, Pé da Serra, Recluta, Morro Verde, Mandacaru, tá tudo em Caetitê. É aquelas das antiga, daquele tempo. [...]. (OLIVEIRA, J. R., 2009)

Dos relatos coletados, constata-se que não há uma linha cronológica que possa nos subsidiar para traçar uma data específica do surgimento de Batalha e o seu consequente desenvolvimento, mesmo porque seria injusto delinear uma corrente temporal para justificar o que sempre existiu, só não conseguiu enquadramento dentro da historiografia local, isto é, não se pode definir uma “origem” do território de Batalha, pois, em verdade, aquelas terras ali sempre estiveram e sempre foi a residência de alguém. A origem que tenta catalogar a história trata-se de mais um artifício colonial para minar as raízes daquele povo, que, infelizmente, não dispuseram da oportunidade de continuar identificando seu território pelo nome que se tinha antes de ser usurpado e batizado como Batalha.

Batalha, portanto, é assim identificada pela história local por aparentemente ter sido o palco da luta pela disputa de território entre colonos e nativos, entretanto, jamais foi questionado como os filhos primeiros daquela terra identificavam sua terra, e se foi, isso nunca foi registrado.

Antes mesmo da invasão colonial, Batalha já era o lar de um povo, e esses viram suas casas atacadas, seus filhos mortos, suas mulheres violentadas, e o que sobrou foi escravizado, sendo incluído em um perverso processo de civilização que em nenhum momento cogitaram participar, ainda assim, para os nativos da região não restou outra alternativa senão se renderem aos anseios portugueses, o que ocasionou na configuração de um novo território, tanto em aspectos geográficos quanto culturais e socioeconômicos.

Com o decorrer do tempo e a expansão da cidade, as terras nativas foram gradualmente sendo invadidas por fazendeiros agropecuários e os descendentes indígenas tiveram suas terras espoliadas reduzidas ao ponto de serem escassos ou inexistentes os espaço para cultivar seus rituais sagrados nas matas, bem como, seus hábitos de caçar, pescar, ou mesmo confeccionar seu artesanato de panelas de barro, pois as matérias-primas essenciais, como o barro, a lenha e água, encontram-se em terras particulares. Importante destacar que em Ribeirão dos Paneleiros está um dos grupos do território de Batalha que encontrou na confecção das panelas de barro, aprendida com seus ancestrais, a fonte para sua sobrevivência, sendo essa a principal atividade produtiva, o que fez, inclusive, o grupo ser identificado como “paneleiros” na região conquistense.

Não obstante, toda a trajetória desses povos, percebemos na historiografia oficial que a Batalha é lembrada pelos memorialistas locais somente para referenciar a “brilhante” trajetória de João Gonçalves da Costa quando guerreou contra os nativos da região, mas nunca afirmam explicitamente que há indícios de resistência naquele lugar. É da análise desses dados que constatamos o projeto etnocida se iniciou desde a decisão do colonizador João Gonçalves de constituir residência e patrimônio nas terras do Sertão da Ressaca.

Entendemos como projeto etnocida o processo de devastação dos corpos, da cultura, da religião e das etnias habitantes do território conquistense: os Pataxó, Kamakã (Mongoyó) e Guéren (Aimorés). Tal projeto foi executado através das políticas indigenistas perpetradas desde o Século XIX, cujo objetivo, amparados nos estudos de Manuela Craveiro Cunha (1992), foi inserir os indígenas a sociedade, tomando-os civis comuns, e, por consequência, eximindo o Estado de arcar com qualquer política em prol daqueles povos.

Os estudos de Aróstegui (2004) demonstram que a memória não se restringe à capacidade de lembrar, de trazer o passado ao presente, por vezes, ela atua também exercendo o papel inverso, isto é, esquecimento, pois a memória também possui sua função seletiva, isto porque o passado quando recuperado através da memória dos grupos ou de uma coletividade que tem interesse sobre determinado evento (passado), acaba sendo selecionado e interpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente.

Nesse caminho, encontramos nas memórias e na oralidade dos indígenas de Batalha subsídios para discutirmos os dados que alicerçam a memória coletiva de Vitória da Conquista. Analisando as informações, chamou-nos atenção os poucos estudos sobre

a trajetória dos indígenas da cidade, demonstrando tratar-se de uma pauta sensível e de pouco interesse social, por isso a importância de buscamos fomentar discussões relacionadas ao assunto, como por exemplo, as relações entre a escrita e a oralidade; memória e história ou tradição oral e histórica, dando, por consequência, a oportunidade das comunidades nativas serem ouvidas, utilizando suas memórias como fonte da história, que, por ventura, poderá ser utilizada futuramente pelos estudiosos interessados.

Do confronto das fontes pesquisadas, de logo podemos identificar que as políticas de silenciamento direcionadas aos habitantes do território de Batalha contribuíram para a formação de uma memória social conquistense que desconhece e deslegitima a trajetória dos povos originários da região. Em contrapartida, as evocações de lembranças condicionadas ao contexto social que os mesmos estão inseridos, permitem a transmissão de geração para geração das memórias resguardada pelo território, insistindo em manter a memória social da região ainda que as condições socioeconômicas se precarizem constantemente.

CONCLUSÃO

Podemos apontar que a região conquistense guarda consigo uma memória social que não assegura aos indígenas nenhum espaço, não obstante tenha sido esses os seus primeiros habitantes, legítimos donos das terras do território. De outra banda, a historiografia local que teve como principais autores Mozart Tanajura e Aníbal Viana é referendada pela memória social local como sendo a legítima sobre a história de Vitória da Conquista, sem considerar o processo de etnocídio a que foram submetidos os indígenas, não lhe sendo permitido contrapor as determinações governamentais.

A limitação bibliográfica em encontrar documentos públicos que versam sobre o tema demonstra o quão foi bem arquitetado o plano que não só determinou o extermínio em massa das populações nativas, mas o seu desaparecimento da memória da atual sociedade. O etnólogo alemão Curt Unckel, popularmente conhecido por Curt Nimuendajú, elaborou o mais completo mapa Etno-histórico, considerado um marco dos estudos sobre as línguas e culturas indígenas existentes no Brasil e regiões adjacentes, atualmente a cartografia possui três versões datadas de 1981, 1987 e 2022 (IBGE, 1981). Nos períodos entre 1938 a 1939 Nimuendajú catalogou as etnias existentes na faixa territorial que compreendia Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, naqueles estudos ele apontou as etnias Patachó, Kamakã, Machakarí e Botocudos como predominantes e indicou a situação precária de vida dos poucos que tiveram a oportunidade de contatar, todavia, os estudos do etnólogo não foram considerados por nenhum dos memorialistas que se encarregaram de reconstruir a história da cidade, quais sejam: Tranquilo Torres, Aníbal Viana e Mozart Tanajura. O que se vislumbra é a propagação das conveniências de uma classe dominante que se encarregou por decidir o que seria ou não historicizado e quem se encarregaria dessa função.

Então, a história vai se iniciar com a chegada das tropas de João Guimarães, seguido

da fatídica guerra entre os colonos e os nativos que habitavam o território e, logo após, o massacre dos indígenas no Banquete da Morte em razão das supostas emboscadas realizadas contra os brancos quando já tido por colonizado as terras do Sertão da Ressaca.

As descrições pejorativas e revestidas de cunho ideológico sobre os indígenas comprovam como foi construído a história oficial, buscando a todo momento justificar as diversas atrocidades cometidas contra as etnias originárias: violências físicas e sexual, escravidão, catequização foram apenas algumas delas. Os indígenas foram tratados como animais desprovidos de qualquer entendimento e razão, por tal motivo, era comum fazer uso de cães na captura deles e quando logrado êxito, domesticá-lo, assim como se faziam com papagaios e micos.

Para conseguir obter sucesso na empreitada de reconstruir de maneira heroica o passado local, o primeiro elemento verificado é a construção da Catedral Nossa Senhora das Vitórias em homenagem àquela que confirmava a suposta proteção divina de Deus que marchava ao lado das tropas colonizadoras. Por outro lado, os conquistados não tinham o amparo sagrado, e foi por isso que perderam o combate.

Mas não é só na descrição dos nativos que se constata a propagação de vertentes ideológicas, é também na maneira como os fatos foram propositadamente selecionados para registro, seguindo praticamente a mesma metodologia, isto é, baseado tão somente em relatos que se ouvira, sem, contudo, colher o testemunho do autor original, ou consultar documentos que apresentavam diferentes vertentes, tais como os estudos de Curt Nimuendajú ou testemunhos dos que foram pelos próprios memorialistas referenciados.

Portanto, o aprofundamento de debates sobre a memória silenciada dos povos nativos de Vitória da Conquista, mostra-se como instrumento potencializador na luta dos povos indígenas para o reconhecimento e a garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

AMR - OLIVEIRA, Bruno Bacelar. Batalha. Jornal Hoje. 05 de Abril de 1995.p 3. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37. 1915, p. 456.

ARÓSTEGUI, Julio. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, nº 3. Retos de la memoria y trabajos de la historia, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Legislação Indigenista no século XIX. Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Org.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HALBWACHS, Maurício. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Les Presses universitaires de France, edição Nouvelle, 1952.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 28, jun./jul. 2007.

MAGALHÃES, Livia Diana R. e Lia Tiriba, (org). Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Navegando. Uberlândia/Minas Gerais. 2018.

NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa Etno-histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

TANAJURA, Mozart. História de Conquista: Crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

VIANA, Aníbal Lopes. Revista Histórica de Conquista. Vol I e II.

FONTES ORAIS

GONÇALVES, Maria das Graças Gonçalves de. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 14. Dez. 2021. 61 min.

GONÇALVES, Maria Elza de Oliveira. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 03. Jan. 2022. 38 min.

JESUS. Aurisa Rosa de. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 27. Dez. 2021. 26.58 min.

OLIVEIRA, Adelino Moraes de. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 08. Dez. 2021. 110 min.

OLIVEIRA, Alice Rodrigues de. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 06. Jan. 2022. 35 min.

MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO SABERES E PRÁTICAS NO SUS: CONTRIBUIÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

Data de aceite: 02/06/2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Doutora em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0003-0172-3801>

Renata Alves Cesar Fernandes

Doutoranda em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0003-4478-812X>

Sheilla Nadária Rodrigues Rocha

Doutora em Serviço Social pela UFPE
Docente do curso de Serviço Social
Universidade de Pernambuco – UPE
<http://lattes.cnpq.br/9156539305260686>

Christiane Virginio de Oliveira Barbosa

Mestranda em Serviço Social pela UERN
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/4068340739534592>

Karoline Rodrigues de Oliveira

Especialista em Políticas Sociais pela UFRPE
Assistente Social SMAS/CREAS/Amaraji-PE
Egressa Universidade de Pernambuco
<https://orcid.org/0000-0001-8919-0426>

RESUMO: Este artigo apresenta o mapeamento das publicações no âmbito do Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde no período de 2016 a 2023. Tais publicações foram produzidas por integrantes das atividades extensionistas – discentes de graduação, pós graduação, servidores e docentes da Universidade de Pernambuco. No período vinculado foram publicados 50 resumos; 13 relatos de experiências; 11 ensaios teóricos e 01 Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária, divulgação da ciência, publicações

MAPPING OF PUBLICATIONS IN THE FRAMEWORK OF THE KNOWLEDGE AND PRACTICES EXTENSION PROGRAM IN SUS: CONTRIBUTIONS TO THE DISSEMINATION OF SCIENCE

ABSTRACT: This article presents the mapping of publications within the scope of the Knowledge and Practices Extension Program in SUS: Discussing Health Promotion in the period from 2016 to 2023. Such publications were produced

by members of extension activities - undergraduate and graduate students, civil servants and professors from the University of Pernambuco. In the linked period, 50 abstracts were published; 13 experience reports; 11 theoretical essays and 01 Completion Work for the graduation course in Social Work.

KEYWORDS: University extension, science dissemination, publications

INTRODUÇÃO

O *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* iniciou suas atividades em 2016, à época enquanto projeto de extensão denominado *HUOC Livre de Fumo* que discutia a temática de tabagismo e especificamente a prevenção da exposição da fumaça do tabaco e derivados, através de ações educativas nas enfermarias do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC) da Universidade de Pernambuco (UPE). Neste sentido, as atividades extensionistas são decorrentes da devolutiva de doutorado de Cavalcanti (2015) e posteriormente da dissertação de Mestrado de Fernandes (2020). De 2016 a 2023 as ações e temáticas vinculadas foram ampliadas de forma consubstanciada à produção de seus participantes.

O *Saberes e Práticas no SUS* é composto pelos seguintes subprojetos: *Promoção da Saúde no SUS*; *Prevenção e Enfrentamento de violências no âmbito da Saúde Pública*; *HIV/AIDS: Impactos da atual conjuntura no enfrentamento da pandemia*; *Serviço Social e políticas sociais no Brasil: contribuições para o debate*; e *Partilhando Saberes e Práticas no SUS* (CAVALCANTI, FERNANDES & ROCHA, 2022).

Piccoli e Panizzon (2021: 06) ao discutir a Popularização do Conhecimento Científico (PPCI) concluíram que existem

muitas possibilidades para a PPCI, tais como: projetos sociais, ações de voluntariado, organização de espaços para museus, feira de ciências, atividade docente orientada por meio de uma didática apropriada para tal, palestras, reportagens, entrevistas, exposições científicas, entre outros. (...) Muitos espaços estão habilitados para que a PPCI aconteça, como no rádio, na TV, em sala de aula, em eventos, museus, escolas, serviços de extensão e de outras maneiras que revelem sentido às informações compartilhadas. Nesse ínterim, é possível constatar que PPCI devia ser algo inerente à tarefa de pesquisar, pois tanto a sociedade quanto o pesquisador (...) podem ter resultados significativos com essa prática (PICCOLI & PANIZZON (2021: 06).

A apresentação de trabalhos e realização de oficinas em eventos científicos, bem como a publicação de resumos em anais de eventos, teve como foco inicial a divulgação da fundamentação das atividades, experiências vivenciadas, metodologias utilizadas, e resultados obtidos.

Moreira (2006: 14) ao discutir a popularização da Ciência e Tecnologia (CT) no Brasil destaca que

as ações nesta direção devem contribuir para o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT no mundo moderno, para um

conhecimento científico-tecnológico geral mais aprofundado, para uma valorização e estímulo da capacidade criativa e de inovação e para um entendimento por parte do cidadão do funcionamento do aparato científico-tecnológico, inclusive de seus vínculos e limitações.

No tocante à produção científica no contexto da extensão universitária vinculada ao *programa de extensão* há uma presença marcante de apresentação de trabalhos e publicação de resumos em anais de eventos científicos, nos anos de 2016 a 2021, tais como: Semana Universitária UPE e Simpósio do Complexo Hospitalar da UPE, ambos eventos anuais. Nesse período contabiliza-se 50 (cinquenta) resumos publicados.

No ano de 2017 03 (três) trabalhos completos foram publicados em anais de eventos científicos: Santana Et. Al (2022), Chaves (2017) e Dias Et. Al (2017). Esses trabalhos sistematizaram experiências vivenciadas pelos extensionistas junto às atividades de prevenção e enfrentamento de violências e promoção da saúde, tabagismo e redução de danos no SUS, ambas vinculadas a experiências formativas.

Em 2019 Oliveira (2019) defendeu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Serviço Social na UPE que teve como foco a experiência do Estágio Curricular obrigatório em Serviço Social no HUOC/UPE e as interconexões com a extensão universitária no contexto da saúde pública.

No âmbito da UPE, a ação extensionista é formalizada via Edital de Extensão próprio, ao final da execução da atividade um Relatório Técnico é exigido. Em 2021, acrescido ao trâmite da própria universidade foi adotado enquanto metodologia de trabalho do *Saberes e Práticas no SUS* produção de Relatos de Experiências.

Concordamos com Mussi, Flores e Almeida (2021:64) quando ao discutirem Geertz destacam que o Relato de Experiência

em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante) (MUSSI, FLORES & ALMEIDA, 2021: 64)

Neste sentido, de 2021 a 2023 foram publicados 08 (oito) Relatos de Experiências, sendo 06 (seis) em formato de capítulos de livros e outros 02 (dois) publicados em periódicos. Participam da produção desses Relatos de Experiências discentes de Graduação e Pós Graduação *lato e stricto sensu* –Residência Multiprofissionais em Saúde e Mestrado acadêmico – extensionistas vinculados às atividades, acompanhados dos orientadores das atividades desenvolvidas.

Dessa forma no ano de 2022, além dos Relatos de Experiências, passou-se a produzir ensaios teóricos como referência para o desenvolvimento de atividades, seja do direcionamento das ações e/ou de suporte para as atividades formativas vinculadas.

Meneghetti (2011: 346) ao discutir ensaio teórico aponta que

o ensaio como forma se insere como interação imediata com o leitor, mas

também com toda a comunidade científica. Quando o ensaísta adota este recurso, apresenta-se como indivíduo com determinada prática social, criando identidade como pesquisador e intelectual que está além dos limites do papel. No ensaio, a interação não está limitada ao leitor imediato (MENEGHETTI, 2011: 346).

Assim, foi publicado livro (CAVALCANTI & FERNANDES, 2022), aprovado em Edital de publicação de livros da Editora da Universidade de Pernambuco (EDUPE) composto com 06 (seis) artigos vinculados ao suporte teórico dessas atividades. São eles: Soares, Silva e Costa (2022); Fernandes, Barbosa Filho e Vieira (2022a); Raimundo, Souza e Santos (2022); Souto (2022); Mendonça (2022); e Vale (2022).

Ainda em 2021 passou-se a selecionar e adotar as produções de integrantes do *Saberes e Práticas no SUS* em suas áreas de referência que convergem com a proposta extensionista. Tais produções decorrentes de estudos e pesquisas oferecem aporte teórico para as atividades vinculadas. É neste contexto, que Cavalcanti (2022a, 2022b, 2021b); Fernandes, Barbosa Filho e Vieira (2022b, 2021) foram incorporados à produção do *programa de extensão*.

Mota (2014: 701-702) defende

a necessidade de exercitar nossa capacidade de análise da experiência profissional cotidiana, identificando: a) iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas; b) processos de democratização de decisões; c) conquistas e possibilidades do exercício de direitos; d) mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária. Em resumo, é necessário assumir o desafio de responder cotidianamente à questão: quais aspectos da produção e reprodução da realidade foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social?

Neste contexto, avaliar cotidianamente as atividades desenvolvidas no âmbito da extensão universitária no contexto da saúde pública e seus desdobramentos para a formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma etapa necessária do exercício profissional do Assistente Social.

Tais atividades estão diretamente vinculadas a Divisão de Serviço Social (DSS) do HUOC/UPE e contam com a parceria do Curso de Graduação em Serviço Social da UPE, *campi* Mata Sul, tendo como lócus de atuação as dependências do HUOC/UPE; *campi* Santo Amaro; *campi* Mata Sul; e entidades parceiras.

No contexto pandêmico, as atividades foram reprogramadas, mediante uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), a exemplo do uso de *Google Sala de Aula* como plataforma para suporte de conteúdo e *Google Meet* para a realização de aulas online, o público alvo das ações foi expandido para distintas regiões do País, o que refletiu no perfil das produções.

Este artigo tem por objetivo apresentar o mapeamento da produção decorrente das atividades do *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS*, vinculadas ao período de 2016 a 2023, compreendendo os seguintes formatos: publicação de artigos em formatos

de capítulos de livros e periódicos; publicação de resumos e trabalhos completos em Anais de eventos científicos.

Tais publicações foram produzidas por integrantes das atividades extensionistas da UPE e instituições parceiras: discentes de graduação – Serviço Social, Enfermagem, Ciências Biológicas, Engenharia da Computação – pós graduação *lato sensu e stricto sensu* – Residências Multiprofissionais em Saúde, Especialização e Mestrado acadêmico – técnicos administrativos e docentes da UPE. Todo o processo de escrita foi acompanhado por orientadores vinculados ao *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS*.

DESENVOLVIMENTO

Para Cavalcanti e Fernandes (2022: 153)

faz-se de extrema relevância o fortalecimento dos espaços de controle social, disseminação de informações adequadas à população e uma leitura crítica da realidade dos profissionais de saúde e usuários dos serviços que compõem o SUS. Uma das estratégias para tal fortalecimento é a construção de espaços de discussão que possam desvelar a realidade atual.

Neste contexto, o desenvolvimento de ações extensionistas – atividades, grupo de estudos e ciclo de debates, espaços formativos em geral que possibilitam a leitura crítica do real, podem contribuir para a formação de recursos humanos comprometidos com a defesa de políticas públicas e diminuição das desigualdades.

Piccoli e Stecanela (2023: 17-18) ao apresentarem os resultados de revisão sistemática acerca da Popularização da Ciência (PC) concluíram que

o assunto sobre a comunicação dos resultados científicos já faz parte de muitos estudos publicados, cujos autores reconhecem a importância dessa prática, justificando com argumentos que se voltam ao diálogo, à interação, à inclusão social e à cidadania. Além disso, a diversidade dos termos que aludem à comunicabilidade dos resultados científicos relaciona-se ao modo como cada área estuda a temática em questão (...) os textos analisados conferem reconhecimento e relevância ao tema e, também, apontam várias críticas, de modo a demonstrar que muitas barreiras ainda precisam ser superadas para a efetivação de uma relação horizontalizada entre ciência e sociedade (PICCOLI & STECANELA, 2023: 17-18).

A formação crítica exige conhecimento do método científico ancorado na perspectiva crítica de análise. Instituir espaços que possibilitem troca de saberes e práticas no SUS, incentivando a construção do conhecimento e colaborando com a formação de massa crítica dos futuros profissionais da saúde pública é oportuno e necessário.

Concomitantemente elaborar estratégias de divulgação científica, contribuindo com o processo de letramento científico é tarefa contínua da universidade e decerto da extensão universitária no contexto da saúde pública. Dessa forma,

o letramento como prática social implica a participação ativa do indivíduo na sociedade, em uma perspectiva de igualdade social, em que grupos

minoritários, geralmente discriminados por raça, sexo e condição social, também pudessem atuar diretamente pelo uso do conhecimento científico (Roth & Lee, 2004). Isso requer também o desenvolvimento de valores (Santos & Schnetzler, 1997), vinculados aos interesses coletivos, como solidariedade, fraternidade, consciência do compromisso social, reciprocidade, respeito ao próximo e generosidade. Eles estão relacionados às necessidades humanas e deveriam ser vistos como não subordinados aos valores econômicos (ROTH & LEE, 2004; SANTOS & SCHNETZLER, 1997 Apud SANTOS 2007: 480).

Neste contexto, Cavalcanti e Fernandes (2022: 160) sistematizaram o processo troca de saberes e práticas vinculados aos processos formativos do *programa de extensão*:

para cada atividade formativa, o fluxo consiste em: propor, elaborar e formalizar a proposta de atividade através dos Editais de Extensão da UPE; depois de aprovado, inicia-se a divulgação das inscrições para a atividade; a atividade é desenvolvida com o apoio dos discentes extensionistas através de monitoria; um Relato da Experiência é elaborado com o objetivo de submissão em periódicos da extensão e/ou apresentação em eventos científicos; o Relatório de Atividades é produzido e entregue à UPE, fechando o ciclo da atividade (CAVALCANTI & FERNANDES, 2022: 160).

No período de 2016 a 2021 foram publicados 50 (cinquenta) Resumos em anais de eventos científicos, destacam-se nesse período os eventos da própria UPE, tais como: Semana Universitária UPE, com 27 (vinte e sete) resumos publicados; e Simpósio do Complexo Hospitalar da UPE com 20 (vinte) resumos publicados, ambos eventos anuais.

Destaca-se, nesse período, o trabalho de Silva *Et Al* (2018) que recebeu Menção Honrosa 1º lugar na grande área de conhecimento Ciências Sociais e Humanas, apresentado durante o Encontro de Pós Graduação, Pesquisa e Inovação em 2018.

Nº	EVENTO	ANO	RESUMOS PUBLICADOS
01	Semana Universitária UPE 2021: democratizando a ciência do litoral ao sertão	2021	15
02	V Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco: Pesquisa em saúde para a saúde	2020	3
03	IV Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco Boas Práticas de Gestão em Saúde: Assistencial e Executiva	2019	5
04	Semana Universitária UPE 2019: a universidade pública na construção da sociedade	2019	3
05	5ª Jornada do Nordeste de Serviço Social	2019	1
06	III Simpósio do Complexo Hospitalar da Universidade de Pernambuco: Boas Práticas em Saúde	2018	12
07	Semana Universitária Universidade de Pernambuco 2018: Encontro de Pós Graduação, Pesquisa e Inovação	2018	1

08	Semana Universitária UPE 2017 - Consolidação da Qualidade Acadêmica na UPE e os Desafios da Internacionalização	2017	4
09	III Congresso de Serviço Social do IMIP	2017	1
10	Semana Universitária da UPE 2016	2016	4
11	68º Congresso Brasileiro de Enfermagem	2016	1

Quadro 01 – Resumos publicados em anais de eventos

Entre os anos de 2017 e 2022 03 (três) trabalhos completos foram publicados em anais de eventos. Os três trabalhos são produtos dos projetos de intervenção desenvolvidos pelos participantes de formações integrantes do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS*. Trata-se das formações acerca das temáticas Tabagismo e Prevenção de violências, desenvolvidas em 2016 e 2020, respectivamente.

Nº	TÍTULO DO TRABALHO	ANO	AUTORES
01	Ações de sensibilização sobre riscos da fumaça do tabaco e seus derivados nos ambulatórios de um Hospital Universitário de Pernambuco	2017	DIAS; BARROS; SOARES; OLIVEIRA; MENDES; MORAES
02	Não é proibido fumar: a importância da discussão da estratégia da redução de danos no uso nocivo do tabaco	2017	CHAVES
03	Projeto de Intervenção: Educação em Saúde para Prevenir a Violência Contra a Mulher	2022	SANTANA; FERNANDES; SOUZA; SILVA; LIMA; VALENÇA

Quadro 02 – Trabalhos completos publicados em Anais de eventos

No período de 2021 a 2023 foram publicados 08 (oito) artigos em formato de capítulos de livros; 02 (dois) artigos publicados em periódicos. Dentre os artigos publicados em formato de capítulo de livros, 06 (seis) são Relatos de Experiências vinculadas às atividades e projetos de extensão integrantes do *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS*.

Neste sentido, Cavalcanti (2021a); Fernandes, Cavalcanti, Barbosa e Filho (2021); apresentaram as experiências vinculadas a dois projetos de extensão: *Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS/UPE* (2016-2020) e *Rede Interna de Atendimento às Pessoas em situação de violência* (2017-2020), que se traduziram nas primeiras iniciativas vinculadas ao que veio se tornar *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS* (2021-2023).

Cavalcanti, Fernandes, Barbosa e Delgado (2021) discutiram o processo formativos vinculado à temática de Prevenção e enfrentamento de violências. Cavalcanti *Et al*, (2022a), discutiu a metodologia adotada no processo de Monitoria em cursos de extensão desenvolvidos no âmbito do *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS*.

Cavalcanti *Et al*, (2022b) apresentou a proposta do Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, ocorre no horário noturno e consiste em rodas de estudos e troca de saberes e práticas. A facilitação dos encontros é compartilhada por Residentes em Saúde, Mestrandos e graduandos em distintas áreas profissionais. A cada encontro são compartilhados resultados de pesquisas e ensaios teóricos, configurando importante espaço de popularização da ciência e tecnologia.

Já em Cavalcanti, Fernandes e Rocha (2022), foi apresentado o consolidado de ações, metodologia e propostas do *Programa de extensão Saberes e Práticas no SUS*. E Cavalcanti e Fernandes (2023) discutiram o formato de orientação e desenvolvimento de projetos de intervenção, metodologia de trabalho adotada junto aos extensionistas do *Saberes e Práticas* e aos participantes – público interno e externo da UPE – dos processos formativos desenvolvidos.

E finalmente, Cavalcanti e Fernandes (2022: 148) discutem “as contribuições realizadas pelo Serviço Social do HUOC/UPE na construção e efetivação de projetos e propostas de extensão, de forma articulada ao ensino e assistência”. Assim, analisam a contribuição do Serviço Social e em quais parâmetros se assentam para o desenvolvimento das atividades.

Nº	TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORES
01	A Experiência do Projeto de Extensão Rede Interna de Atendimento às Pessoas em situação de violência: contribuições no processo de desnaturalização da violência	2021	FERNANDES; CAVALCANTI; BARBOSA; BARBOSA FILHO
02	Promoção da Saúde. Tabagismo e Redução de Danos no SUS: A Experiência vinculada ao Projeto de Extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS/UPE	2021	CAVALCANTI
03	Prevenção e Enfrentamento de violências no contexto da Saúde Pública: contribuições para o debate	2021	CAVALCANTI; FERNANDES; BARBOSA; DELGADO
04	Saberes e Práticas no SUS: contribuições para o debate da Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública	2022	CAVALCANTI; FERNANDES; RODRIGUES
05	Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública: Espaço de Aprendizado compartilhado para o SUS	2022	CAVALCANTI; FERNANDES; BARBOSA; ARRUDA; LIRA; FERREIRA; CABRAL; OLIVEIRA; SILVA; OLIVEIRA
06	Monitoria em Cursos de Extensão: Espaço compartilhado de saberes e práticas para o SUS	2022	CAVALCANTI; FERNANDES; ARRUDA; LIRA.; FERREIRA; CABRAL; OLIVEIRA; LIMA; DELGADO; MONTEIRO; QUEIROZ; SILVA; MACENA;

07	Contribuições do Serviço Social na Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública	2022	CAVALCANTI; FERNANDES
08	Projetos de Intervenção no contexto da Saúde Pública: contribuições para o debate da extensão universitária	2023	CAVALCANTI; FERNANDES

Quadro 04 – Capítulos de Livros Publicados de 2021 a 2023

No ano de 2022, via Edital de editoração de livros da Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPE, 01 (um) livro foi publicado. O livro é composto de 06 (seis) ensaios teóricos direcionados a oferecer suporte em processo formativo acerca da temática de prevenção e enfrentamento de violências.

Tal atividade formativa tem sido desenvolvida ao longo dos anos enquanto curso e/ou oficina de extensão em diversos espaços. Dessa forma, os capítulos que compõem a publicação têm por finalidade consubstanciar os debates vinculados. São autores dos capítulos integrantes do programa de extensão e convidados, integrantes de instituições parceiras.

Nº	TÍTULO DOS CAPÍTULOS	ANO	AUTORES
01	A Política de Saúde na produção e reprodução da violência: A estratégia de disseminação da Covid-19 no Brasil.	2022	SOARES; SILVA; COSTA
02	O desmonte como um projeto: delineando múltiplas tendências conservadores na resposta Brasileira ao HIV/AIDS	2022	FERNANDES; BARBOSA FILHO; VIEIRA
03	Violência Estrutural e Racismo: Um olhar sobre a realidade Brasileira	2022	RAIMUNDO; SOUZA; SANTOS
04	Interseccionalidade e Políticas antigênero na América Latina: provocando a avaliação de políticas públicas	2022	SOUTO
05	Violências contra crianças e adolescentes: o debate contemporâneo	2022	MENDONÇA
06	Reflexões sobre violências e suas interfaces: contribuições para a práxis em Saúde Mental e na Rede de Cuidados às violências autoprovocadas	2022	VALE

Quadro 05 – Livro Publicado: Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil

Nos anos de 2021 e 2022, 02 (dois) Relatos de Experiências foram publicados em periódicos, o primeiro trata da experiência de minicurso formatado por discentes extensionistas direcionados para outros discentes de graduação da UPE e instituições parceiras e o segundo discute a experiência do I Encontro Saberes e Práticas no SUS, desenvolvido juntamente com os discentes extensionistas e teve como proposta a socialização dos saberes e práticas vivenciadas no âmbito da extensão universitária.

Nº	TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORES
01	Promoção da Saúde e Extensão Universitária: Questões Introdutórias	2021	CAVALCANTI; FERNANDES.; ROCHA; OLIVEIRA; SILVA; LUSTOSA; BESERRA
02	Encontro saberes e práticas no SUS: Espaços de aprendizados compartilhados para o SUS	2022	CAVALCANTI; FERNANDES; ROCHA; FERREIRA; CABRAL; OLIVEIRA; DELGADO; QUEIROZ

Quadro 06 – Artigos publicados em periódicos

RESULTADOS

De 2016 a 2021 foram publicados 50 (cinquenta) resumos em Anais de Eventos Científicos. No mesmo período 03 (três) trabalhos completos foram publicados em Anais de Eventos Científicos e 01 (um) Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social foi defendido.

De 2021 a 2023 a tendência iniciada com a produção de artigos para a apresentação em eventos científicos decorrente da necessidade de registro e socialização das experiências, metodologias e resultados alcançados tomou corpo. Assim, foram publicados 08 (oito) artigos em formato de capítulo de livro, 02 (dois) artigos publicados em periódicos.

Concomitantemente foram produzidos 11 (onze) ensaios teóricos, 06 (seis) dos quais integraram o livro publicado via edital de publicação da EDUPE. Tais publicações, juntamente com as demais tem fornecido fundamentação para o desenvolvimento das ações extensionistas.

O exercício da escrita científica e as etapas vinculadas do método científico, enquanto processo de desenvolvimento de atividades extensionistas e divulgação da ciência tem se mostrado condizente com a formação de recursos humanos para o SUS, defesa da coisa pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento das produções vinculadas ao *Programa Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* no período de 2016-2023 possibilitou acompanhar o processo de mudança de perfil das produções vinculadas, assim distribuídos: resumos e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos; relatos de experiências acerca dos projetos e processos formativos vinculados; artigos acerca das metodologias adotadas ao longo do processo; ensaios teóricos que dão sustentação às atividades desenvolvidas e processos formativos vinculados.

Concomitantemente, evidenciou-se o processo de divulgação científica vinculada e as contribuições desenvolvidas neste contexto. Neste sentido, instituir espaços de

socialização de saberes, práticas e divulgação da ciência são estratégias pertinentes, como o espaço de Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, em que o método científico é compartilhado e socializado pelos seus integrantes. Ou ainda os processos formativos sobre: prevenção e enfrentamento de violências; projetos de intervenção no contexto da saúde pública; tabagismo, promoção da saúde e redução de danos no SUS, discutidos nas produções do programa de extensão que compõem este artigo.

É inegável a contribuição da extensão universitária no processo de letramento científico, divulgação e popularização da ciência e tecnologia. Neste sentido, desenvolver estratégias de socialização de saberes e práticas no SUS tem se configurado como experiência proveitosa e enriquecedora no processo de formação de recursos humanos para o SUS, tarefa compartilhada pelos diversos atores sociais integrantes do ambiente universitário.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos aos discentes de graduação e pós graduação – Residentes Multiprofissionais em Saúde, Especialização e Mestrado que contribuíram de forma significativa ao longo da trajetória.

Nosso agradecimento se estende ao apoio da Coordenação setorial de Extensão e Direção do Hospital Universitário Oswaldo Cruz – HUOC e do curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Pernambuco – UPE pelo constante apoio e incentivo.

E finalmente, nosso especial agradecimento aos colegas da Divisão de Serviço Social do HUOC/UPE, sem as quais essa trajetória não seria possível.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, S. A. U. **Análise da política de controle de tabagismo no Brasil frente à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no contexto de contrarreforma do Estado**. Recife, Tese de doutorado, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18318> Acesso: 26.mai.2023

_____. Promoção da Saúde. Tabagismo e Redução de Danos no SUS: A Experiência vinculada ao Projeto de Extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS/UPE In: CAVALCANTI, S. A. U. **A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate**, Ponta Grossa, Atena Editora, 2021a. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/health-promotion-smoking-and-damage-reduction-in-sus-the-experience-linked-to-the-extension-project-can-breathe-discussing-health-promotion-in-sus-upe> Acesso: 26.mai.2023

_____. Política de Saúde no Brasil no contexto da contrarreforma do Estado: contribuições para o debate. In: CAVALCANTI, S. A. U. **Serviço Social na América Latina: Reflexões sobre a Formação Profissional, produção do conhecimento e cotidiano nos serviços**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021b. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/politica-de-saude-no-brasil-no-contexto-de-contrarreforma-do-estado-contribuicoes-para-o-debate> Acesso: 27.mai.2023

_____. A Política de controle do tabagismo no Brasil de 1986 a 2014. In: CAVALCANTI, S. A. U. **Capitalismo e Políticas Públicas na contemporaneidade**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2022a. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-politica-de-controle-do-tabagismo-no-brasil-de-1986-a-2014> Acesso: 27.mai.2023

_____. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e a Política de Controle de Tabagismo no Brasil. In: CAVALCANTI, S. A. U. **O Caráter Sociopolítico e interventivo do Serviço Social 4**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2022b Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-e-a-politica-de-controle-de-tabagismo-no-brasil> Acesso: 27.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U, FERNANDES, R.A.C.(Org.) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022

_____. Contribuições do Serviço Social na Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública (p.146-165). In: RODRIGUES, L. A. R., CARVALHO, O.F., TENÓRIO, R. M. F., SILVA, R. F. (Org.) **Extensão Universitária: experiências da curricularização na UPE**. Recife, EDUPE, 2022. Disponível em: <https://www.edupe.upe.br/index.php/extensao-universitaria-experiencias-da-curricularizacao-na-upe> Acesso: 26.mai.2023.

_____. Projetos de Intervenção no contexto da Saúde Pública: contribuições para o debate da extensão universitária. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Serviço social no Brasil: Desafios contemporâneos 2**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2023. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/projetos-de-intervencao-no-contexto-da-saude-publica-contribuicoes-para-o-debate-da-extensao-universitaria>. Acesso: 26.mai.2023.

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R.A.C.; BARBOSA, C. V. de O.; DELGADO, F. A. Prevenção e Enfrentamento de violências no contexto da Saúde Pública: contribuições para o debate. In: CAVALCANTI, S. A. U. **Prevenção e enfrentamento de violências: Experiências e produção do conhecimento no âmbito das políticas públicas no Brasil**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/prevencao-e-enfrentamento-de-violencias-no-contexto-da-saude-publica-contribuicoes-para-o-debate> Acesso: 26.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R.A.C.; BARBOSA, C. V. de O.; ARRUDA, M. F. A; LIRA, A. K. de A.; FERREIRA, D. B. F.; CABRAL, R. da S.; OLIVEIRA, K. R. de; SILVA, T. G. da; OLIVEIRA, V. S. A. de. (2022a) Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública: Espaço de Aprendizado compartilhado para o SUS. In: CAVALCANTI, S.A.U. (Org.) **Envelhecimento populacional: Consequências e Desafios atuais e futuros**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/ciclo-de-estudos-e-debates-em-saude-publica-espaco-de-aprendizado-compartilhado-para-o-sus>. Acesso: 26.mai.2023.

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R. Saberes e Práticas no SUS: contribuições para o debate da Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública. In: CAVALCANTI, S. A. U. **Políticas Sociais no Brasil: Reflexões sobre a pesquisa, ensino e cotidiano nos serviços**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/saberes-e-praticas-no-sus-contribuicoes-para-o-debate-da-extensao-universitaria-no-contexto-da-saude-publica> Acesso: 26.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R.; FERREIRA, D. B.; CABRAL, R. DA S.; OLIVEIRA, K. R. DE; DELGADO, F. A.; QUEIROZ, S. A. U. DE. (2022c) Encontro saberes e práticas no SUS: Espaços de aprendizados compartilhados para o SUS. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 4, n. 3, p. 21-31, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/13676> Acesso: 26.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R.; OLIVEIRA, K. R. DE; SILVA, D. M. N. DE L.; LUSTOSA, L. A.; BESERRA, T. R. N. Promoção da Saúde e Extensão Universitária: Questões Introdutórias. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 4, n. 1, p. 33-42, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/12938> Acesso: 26.mai.2023

CAVALCANTI, S. A. U. ; FERNANDES, R. A. C.; ARRUDA, M. de. F. A.; LIRA, A. K. de A.; FERREIRA, D. B.; CABRAL, R. da S.; OLIVEIRA, K. R. de; LIMA, C. P. S. de; DELGADO, F. A.; MONTEIRO, S. F.; QUEIROZ, S. A. U de; SILVA, T. G. da; MACENA, T. G. de L. (2022b) Monitoria em Cursos de Extensão: Espaço compartilhado de Saberes e Práticas para o SUS. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Saúde Pública: Impactos e Desafios da Pandemia de Covid-19**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/monitoria-em-cursos-de-extensao-espaco-compartilhado-de-saberes-e-praticas-para-o-sus> Acesso: 26.mai.2023

CHAVES, R. H. Não é proibido fumar: a importância da discussão da estratégia da redução de danos no uso nocivo do tabaco. **6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental**. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.direitoshumanos2017.abrasme.org.br/resources/anais/8/1490989225_ARQUIVO_artigotabagismo.pdf Acesso: 27.mai.2023

DIAS, J. L.; BARROS, G. A.; SOARES, K. de A.; OLIVEIRA, M. R. G. de; MENDES, P. M. da S.; MORAES, R. A. de. Ações de sensibilização sobre riscos da fumaça do tabaco e seus derivados nos ambulatórios de um Hospital Universitário de Pernambuco. **III Congresso de Serviço Social do IMIP. Recife, IMIP, 2017**. Disponível em: <http://www.imip.org.br/congresso/servicosocial/2017/wp-content/uploads/2020/02/Anais-do-III-Congresso-de-Servi%C3%A7o-Social-do-IMIPVI-Jornada-de-Servi%C3%A7o-Social-do-IMIP.pdf> Acesso: 27.mai.2023

FERNANDES, R. A. C. **Mulheres vivendo com HIV/Aids : processos de (auto) cuidado, violências e sorofobia: percursos na Política de Saúde**. Recife, Dissertação de Mestrado, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39063> Acesso: 26.mai.2023

FERNANDES, R. A. C.; BARBOSA FILHO, E. A.; VIEIRA, A. C. de S. Mulheres que vivem com HIV/ Aids: narrativas sobre violências em forma de cotidiano. **O Social em Questão** - Ano XXV - nº 52 - Jan a abr/2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56387/56387.PDF> Acesso: 27.mai.2023

_____. O desmonte como um projeto: delineando múltiplas tendências conservadoras na resposta Brasileira ao HIV/AIDS. In: CAVALCANTI, S. A. U & FERNANDES, R. A. C. (Org) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022a

_____. Trajetórias Posit(iv)as de cuidado? Apropriação do tempo e do trabalho de mulheres que vivem com HIV/AIDS GÊNERO I Niterói I v. 23 I n. 1 I p. 57-77 I 2. sem 2022b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/51798> Acesso: 27.mai.2023

_____. Mulheres Soropositivas: Narrativas sobre Saúde, Trabalho pago e não pago e Violências. In: SIQUEIRA, L. F. S.; SILVA, M. C. de O. (Org.). **Maternidade, aborto e direitos da mulher**. 1ed.São Luís, MA: Editora Expressão Feminista, 2021, v. 1, p. 31-41. Disponível em: <https://www.editoraexpressaofeminista.com.br/p%C3%A1gina-em-branco-1> Acesso: 27.mai.2023

FERNANDES, R. A. C.; CAVALCANTI, S. A. U.; BARBOSA, C. V. de O.; BARBOSA FILHO, E. A. A Experiência do Projeto de Extensão Rede Interna de Atendimento às Pessoas em situação de violência: contribuições no processo de desnaturalização da violência In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate**. Ponta Grossa, Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-experiencia-do-projeto-de-extensao-rede-interna-de-atendimento-as-pessoas-em-situacao-de-violencia-contribuicoes-no-processo-de-desnaturalizacao-da-violencia>. Acesso: 26.mai.2023.

MENDONÇA, V. N. T. de. Violências contra crianças e adolescentes: o debate contemporâneo. In: CAVALCANTI, S. A. U & FERNANDES, R. A. C. (Org) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022

MENEGHETTI, F. K. Documentos e debates. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar./Abr. 2011 Disponível em: <https://www.scielo.br/rjac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/?lang=pt> Acesso: 30.mai.2023

MOREIRA, I. de C. (2006). A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, 1(2). Recuperado de <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1512> Acesso: 31.mai.2023

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRRbDrhWwcv/?lang=pt> Acesso: 30.mai.2023.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010> Acesso em: 26.mai.2023.

OLIVEIRA, K. R. de. **Ações de controle do Tabagismo e Extensão Universitária: Uma análise da Experiência de Estágio obrigatório na Divisão de Serviço Social no Hospital Universitário Oswaldo Cruz DSS/HUOC/UPE**. Palmares, Trabalho de Conclusão de Curso, 2019.

PICCOLI, M. S. de Q.; PANISSON, Q. A popularização do conhecimento científico como forma de interação entre a Academia e a Sociedade. **Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG**, ISSN (online): 2358-2332. Brasília, v.17, n. 37, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1735> Acesso: 27.mai.2023

PICCOLI, M. S. de Q.; STECANELA, N. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e253818 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/55yQ3zb8pLwPD3kodyQFdk/> Acesso: 27.mai.2023

RAIMUNDO, V. J.; SOUZA, T. C. V. de; SANTOS, D. H. dos. Violência Estrutural e Racismo: Um olhar sobre a realidade Brasileira. In: CAVALCANTI, S. A. U & FERNANDES, R. A. C. (Org) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022

SANTANA, F. A de; FERNANDES, R. A.C.; SOUZA, J. H. S. de; SILVA, E. N. G. da; LIMA, P. S.; VALENÇA, K. de S. L. Projeto de Intervenção: Educação em Saúde para Prevenir a Violência Contra a Mulher. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.13, n.1, p.96-101, 2022 (Edição especial). Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/6276> Acesso: 27.mai.2023

SANTOS, W. L. P. dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 36 set./dez. 2007 Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/C58ZMt5JwnNGr5dMkrDDPTN/?lang=pt> Acesso: 31.mai.2023

SILVA, A. L.; REGO, C. P.; MELO, E. C. S.; CAVALCANTI, S. A. U. Caminho percorrido no subprojeto da extensão Pode Respirar na formação de cuidadores das Residências terapêuticas sobre tabagismo. Menção Honrosa 1º lugar na grande área de conhecimento Ciências Sociais e Humanas In: **Semana Universitária Universidade de Pernambuco 2018: Encontro de Pós Graduação, Pesquisa e Inovação**, 2018, Recife. Revista de Cirurgia e Traumatologia buco-maxilo-facial. (Suplemento 1 - v18.n4) Out.-Dez.2018. p. 23-23. Disponível em: <https://www.revistacirurgiabmf.com/2018/04/Anais/V18n4supli1.html> Acesso: 29.mai.2023

SOARES, R. C.; SILVA, S. C. da; COSTA, L. T. da C. A Política de Saúde na produção e reprodução da violência: A estratégia de disseminação da Covid-19 no Brasil. In: CAVALCANTI, S. A. U & FERNANDES, R. A. C. (Org) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022

SOUTO, A. de S. Interseccionalidade e Políticas antigênero na América Latina: provocando a avaliação de políticas públicas. In: CAVALCANTI, S. A. U & FERNANDES, R. A. C. (Org) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022

VALE, C. A. S. do. Reflexões sobre violências e suas interfaces: contribuições para a práxis em Saúde Mental e na Rede de Cuidados às violências autoprovocadas. In: CAVALCANTI, S. A. U & FERNANDES, R. A. C. (Org) **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo. Diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil**. Recife, EDUPE, 2022

LETRAMENTO AUDIOVISUAL, VIMEO VIDEO SCHOOL E A TEORIA ATOR-REDE

Data de aceite: 02/06/2023

Pedro Cezar Duarte Guimarães

RESUMO: O artigo discute o papel da mediação dos objetos e dos elementos tecnológicos na transmissão de conhecimento online. Analisando um conjunto de vídeo-tutoriais postados no canal Vimeo Video School, na plataforma audiovisual Vimeo, busca-se compreender como a performance dos atores não-humanos incide na pedagogia do ensino à distância. Para tanto, utiliza-se a discussão da Cultura da Convergência em torno de atividades e saberes decorrentes do uso da Web 2.0 (Jenkins); o ensino não presencial mediado por plataforma, isto é, o E-learning e, sobretudo, o conceito da metodologia oriunda da Teoria Ator-Rede (cartografia das controvérsias; rede sociotécnica).

1 | INTRODUÇÃO

Conectadas à internet as possibilidades de buscar saberes ou de transmitir conhecimentos parecem não ter fim. Podcasts discutindo filosofia, técnicas para executar um impecável

nó na gravata, portais com acadêmicos fazendo leituras de seus artigos, sites contendo tutoriais de marcenaria, lições de como pronunciar bom dia em balinês e plataformas específicas para conserto de aparelhos eletrodomésticos estão todos disponíveis neste “imenso repositório” a partir de alguns cliques.

No vasto universo do *e-learning online*, um modelo de conteúdo que vem se popularizando cada vez mais, é o dos tutoriais de curta duração. De forma genérica, eles são pílulas audiovisuais, com duração média entre 3 e 7 minutos. Com o objetivo específico de transmitir um saber pontual, possuem características diversas em suas formas de produção. Podem ser confeccionados de forma caseira: uma filmagem doméstica, realizada com celular ensinando truques de culinária e postado em mídias sociais; ou podem ser elaborados no estilo de uma megaprodução, com alto investimento de recursos em elenco, equipe técnica e equipamentos, visando propagação mais abrangente.

A plataforma Vimeo, terceiro site audiovisual mais acessado no mundo depois do Youtube e do Netflix¹, produz e hospeda o canal Vimeo Video School. Trata-se de uma “escola” online, que se propõe a ensinar práticas e técnicas do universo audiovisual mediante tutoriais confeccionados por colaboradores da própria plataforma.

Os tutoriais objeto deste artigo fazem parte de um canal intitulado “Vimeo video school” hospedado na plataforma Vimeo. Trata-se de um canal “oficial” da instituição, onde a produção do conteúdo é integralmente concebida e executada pela própria plataforma.

Partindo da premissa que estes tutoriais engendram uma complexa rede sociotécnica, nosso objetivo neste artigo é o de mapear (cartografar) elementos deste agregado que não seriam levados em conta pelo olhar de análises tradicionais em busca de sentido, como as de tipo hermenêutico.

O presente trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte falamos sobre a cultura da convergência e da conexão e mostramos como nela floresceu uma forma de demanda pela aprendizagem. O E-Learning, com as suas especificidades, vem atender a esta expectativa.

No segundo consideramos a questão da alfabetização e do letramento audiovisual na plataforma Vimeo e, especificamente, no *Vimeo Video School*.

No terceiro discutimos a Teoria Ator-Rede (TAR), em algumas de suas dimensões teóricas e metodológicas. A noção de rede *sociotécnica* é particularmente acionada para nela se discutir o papel de objetos e de elementos da tecnologia, que associados são chamados pela TAR, *actantes*.

2 | CULTURA DA CONVERGÊNCIA, CULTURA PARTICIPATIVA E E-LEARNING

As sociedades da conexão e da convergência em que vivemos hoje, conformadas pela cultura participativa e pela diversidade narrativa de seus participantes, ativos e diferenciados em suas crenças e saberes, têm gerado novas demandas e expectativas em relação às formas de aquisição de conhecimento.

Referindo-nos à cultura da conexão queremos conceituá-la como o conjunto de atividades e saberes decorrentes do uso da **Web 2.0** (termo que designa uma segunda geração de comunidades e serviços, orientada pelo conceito da “Web como plataforma”, envolvendo *wikis*, aplicativos baseados em *folksonomia*, *redes sociais*, *blogs* e tecnologia da informação (*Wikipedia*). Esta cultura materializa-se em práticas como as da propagabilidade, do compartilhamento, da participação significativa e da mencionada cultura participativa, entre outras (Jenkins, Ford e Green, 2014).

Relativamente à cultura da convergência, sua definição remete-se a mudanças tecnológicas, industriais, culturais e sociais na forma em que as mídias circulam atualmente, incluindo o fluxo de conteúdo através de várias plataformas, a cooperação entre várias

1 - Dados obtidos em <http://www.ebizmba.com/articles/video-websites> - data 30_08_17

estruturas midiáticas, a busca de novas estruturas de financiamento, o comportamento nômade das audiências em sua procura por entretenimento e por conhecimento.

O *e-learning* (*eletronic learning*), em linhas gerais, refere-se à um modelo de ensino não presencial apoiado em tecnologia. Baseia-se atualmente no ambiente online aproveitando as capacidades da *internet* para comunicação e distribuição de conteúdos. (Huffaker and Calvert 2003). O *E-learning*, neste sentido, pode ser compreendido como o uso de tecnologias de rede que promovem transferência de informações a qualquer momento e em qualquer lugar. Seus ambientes não possuem restrições de tempo / espaço e são construídos com componentes reutilizáveis, o que significa que o mesmo conteúdo pode ser compartilhado entre 10 participantes e 100 participantes, ou mesmo até 100.000 participantes, com pouco custo adicional ou esforço (Rosenberg, 2001).

Nesta visada um tanto otimista e benevolente da grande rede, há, inclusive, quem sugira, com alguma cautela e precaução, que o *E-Learning* e as redes sociais adequam-se à construção de um *novo aluno* – “o nativo digital” (Kidd, 2016). Com base em argumentos de Holmes e Gardner (2006), Kidd observa que “devido ao aumento das mídias sociais e às suas possibilidades para a construção de aprendizado, temos um novo termo: e-Learning 2.0. Este é usado para se referir a novas formas de pensar sobre o e-learning inspirado no surgimento de tecnologias, ferramentas, softwares e plataformas Web 2.0. O novo e-learning coloca maior ênfase na aprendizagem social e no uso de redes sociais e de softwares sociais (de mídia), como blogs, wikis, podcasts e mundos virtuais ou “imersivos”, como o “*Second Life*”. “A Web 2.0 é o reconhecimento de que o mundo virtual da tecnologia de comunicações de alta velocidade se moveu - e isso mudou devido às mudanças na própria tecnologia.” (Kidd, 2006)

Vimeo e o Vimeo Video School

O *Vimeo* é uma plataforma online de conteúdo audiovisual criada em 2004 por um grupo de profissionais das artes visuais com o objetivo inicial de compartilhar em rede seus trabalhos criativos. Utilizado majoritariamente por cineastas, *videomakers*, *designers*, criadores de efeitos visuais, artistas de vídeo instalação, comunicadores e produtoras que atuam no mercado, o site se auto-intitula como “a plataforma em alta qualidade de imagem que inspira o mundo a dividir e descobrir vídeos que valem a pena assistir”(www.vimeo.com).

A mencionada plataforma tem mais de 50 milhões de usuários cadastrados e uma audiência mensal no planeta que vai além de 200 milhões de pessoas. Desde 2015 possibilita a monetização / comercialização (alugar ou permitir *download*) de seus conteúdos e produção, transformando-se, assim, na maior plataforma de transação por VOD – vídeo sob demanda – da atualidade. (www.vimeo.com)²

O *Vimeo* diferencia-se do *Youtube* por ser um espaço majoritariamente constituído

2 Dados obtidos em <https://vimeo.com/about> - data 30_08_17

por criadores “oficiais” de conteúdo, como cineastas e documentaristas. “No *Youtube* a criação de conteúdo é provavelmente bem menos significativa do que os usos que as diversas redes sociais fazem desses conteúdos” (BURGESS e GREEN, pag. 58). Quanto ao *Vimeo*, este se propõe a expor conteúdo de qualidade profissional ou artística. Além desta diferença substancial, o *Vimeo* não insere comerciais ou anúncios interruptivos em seus vídeos.

A plataforma *Vimeo* possui, ainda, uma característica singular: a criação e exibição de canais, nos quais gêneros de diversas categorias narrativas são selecionados e avaliados por uma equipe própria de curadores audiovisuais. Por meio desta curadoria qualquer internauta/espectador que visite a plataforma visualizará, em primeira instância, um cardápio anunciando a categoria “*Vimeo Staff Picks*”, “*pinçados por nossa equipe*”.

Quanto ao *Vimeo video school* ele se propõe a transmitir conhecimento para iniciantes e para “estudantes avançados” sobre filmagem, edição e técnicas de produção à partir de entrevistas com diretores e dicas de profissionais da área audiovisual. (www.vimeo.com)³

3 | ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO AUDIOVISUAL NO VIMEO VIDEO SCHOOL

Os avanços por redes wi-fi e sobretudo a potência de transposição de dados obtidas com a web 2.0 permitiram-nos alternativas aos métodos tradicionais de visualização de conteúdos audiovisuais em tecnologias digitais, envolvendo transmissão através de celulares, tablets e outros dispositivos, que podem se conectar à internet, inclusive aparelhos televisivos com capacidade de conexão. (Kariyawasam e Tsai 2016)

Os usuários querem utilizar a capacidade máxima de seus dispositivos para desfrutar toda qualidade possível dos serviços prometidos pelas operadoras. De acordo com uma estimativa feita pela Cisco, o número de dispositivos conectados a uma rede excederá o número de assinantes reais no futuro próximo. A maioria destes dispositivos constitui-se de aparelhos multimídia, como *tablets* portáteis, *phablets*⁴ e *smartphones*, utilizados cada vez com mais frequência para fins de entretenimento. Uma pesquisa recente informa que a parcela de vídeo do tráfego de dados móveis foi de 64% no ano de 2014 e, se continuar aumentando de maneira constante, poderá exceder 80% até 2019. (Usman, Shin, Shahid, Lövsström – 2016).

Na sociedade atual, testemunhamos o surgimento de formas pós-tipográficas de produção, distribuição e recepção de conteúdo que usam mídia eletrônica digital (Lankshear e Knobel, 2004).

Munidos de *smatphones*, *tablets* e *laptops* com inúmeras funções, entre elas, câmera fotográfica e filmadora, diariamente usamos nossos dispositivos para finalidades

3 - Informações obtidas em <https://vimeo.com/blog/category/video-school> - data 30_08_17 - tradução minha

4 - Phablet é um dispositivo que mistura características do smartphone e do tablet

diversas além da comunicação por voz e texto. Fotografar e postar, filmar e uploadar em mídias sociais, fazem, cada vez mais, parte de nosso cotidiano e de nosso léxico. Isso sem contar o uso periódico que fazemos de nossos *gadgets* para assistir o conteúdo audiovisual que prolifera na web em doses progressivas.

Em meio a esse cenário, é necessário desenvolver uma maior compreensão de como as mídias funcionam e de como tirar proveito de suas potencialidades para que possamos alcançar o que alguns pesquisadores chamam de “letramento digital”. Para Xavier (2002) “ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos”. Aufderheide (1992) identifica-o como um movimento projetado para ajudar a entender, produzir e negociar significados em uma cultura de imagens, palavras e sons.

Ciente da complexidade e da abrangência que o conceito “letrado digital” abarca, adotamos o termo “letramento digital” para qualificar características específicas de um tipo de conhecimento tecnológico introdutório disponível nos tutoriais da *Vimeo Video School*. Trata-se de um conhecimento pontual envolvendo habilidades para lidar com equipamentos, *gadgets* e dispositivos de gravação e edição de imagens em movimento. E estende-se a saberes compreendidos na gramática e na linguagem audiovisual.

A página inicial de seu cardápio online se anuncia da seguinte maneira: “Vimeo Video School é um lugar divertido para qualquer pessoa aprender a fazer melhores vídeos. Neste canal, postamos lições de vídeo originais. Para obter experiências completas de aprendizado, visite vimeo.com/videoschool” ! O endereço eletrônico informado no final da sentença refere-se a um blogue da própria instituição, onde estão disponibilizados vídeos e textos mais aprofundados sobre inúmeros outros temas do universo audiovisual não contemplados no site.

4 | VIMEO VIDEO SCHOOL E SEUS ATORES HUMANOS E NÃO HUMANOS

“Ao explorar as novas associações que constituem o social, os estudiosos da ANT precisam atender a duas exigências contraditórias: de um lado, não queremos que o sociólogo se limite aos laços sociais; de outro, não pedimos ao pesquisador que se torne um tecnólogo especializado” Bruno Latour

A máxima “uma idéia na cabeça e uma câmera na mão”, cunhada pelo cineasta Gláuber Rocha e fetichizada por uma legião considerável de estudantes e críticos do fazer cinematográfico, soa nitidamente anacrônica, romântica e folclórica se examinada por um aluno atento aos preceitos de Bruno Latour. Observada sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede, a sentença soaria demasiadamente “social”, apesar de sua pretensa sugestão minimalista (idéia na cabeça e câmera na mão) na “feitura de uma obra fílmica”⁵. Na contramão do que aconselha a máxima de Gláuber, mesmo para realizar uma peça

5 - “feitura de obra fílmica”, expressão pedante e medonha presente em algumas críticas cinematográficas. Utilizado aqui para fins irônicos

audiovisual de curta duração - seja um videoclipe, uma animação, um anúncio publicitário ou sobretudo um video tutorial embaralhando características de todos esses gêneros – é necessário se conectar a uma extensa rede de atores humanos e não humanos.

Receando incorporar o papel de “tecnólogo especializado” e sem qualquer pretensão em esgotar a teia de “*actantes*” envolvidos neste processo, enumero alguns desses elementos: Câmera (s); Lente (s) – caso a câmera não tenha sistema ótico integrado; Luz (es); Filtro (s) ; Cenário, locação; Cartão de memória ou qualquer outro sistema de armazenamento de mídia; Operador de câmera; Elenco; Computador para realizar todas as operações quando o material estiver sendo editado e sonorizado; Sistema operacional para o devido funcionamento do computador mencionado; Aplicativo de edição; Baterias ou energia elétrica e mais uma infinidade de trechos, troços e coisas⁶ que invariavelmente reforçariam o caráter enfadonho e palavroso deste parágrafo.

Em contraposição ao padrão de realização audiovisual informado no parágrafo acima, poder-se-ia insistir no argumento de que é possível sim fazer “obra fílmica” com “uma idéia na cabeça e uma câmera na mão”. Partindo do princípio de que “idéias em cabeças” resultam de intensos processos negociados entre agentes diversos (letras, alfabeto, tipografia, livros, língua, linguagem, telas, pessoas, sistemas educacionais, tecnologias de transmissão, etc) e de que, câmeras, também obedecem a um esquema similar de articulações, a repetição do argumento “idéia na cabeça e câmera na mão” produziria, na mais generosa das hipóteses, a imagem de um solitário cineasta em meio a um incêndio, persistindo em colocar água numa peneira para salvar-se do fogo em chamas.

Não se trata de propor um duelo entre Glauber Rocha e Bruno Latour ou um embate entre fãs de “Deus e o Diabo na terra do sol” versus alunos engajados na Teoria Ator-Rede; o que está em jogo, na verdade, é a indagação embutida nesta hipotética colisão: por que tantos agentes que constituem um processo comunicacional devem ser ignorados (ou lenientemente descartados) quando se procura analisar um fenômeno de comunicação? E ainda, desdobrando tal questão: por que perseguir a revelação de um sentido limitando o foco de exame do fenômeno exclusivamente à perspectivas sócio-culturais?

Em seu artigo “contribuições da teoria ator-rede para a ecologia midiática da música”, a pesquisadora Simone Pereira de Sá nos alerta para uma espécie de zona de conforto hermenêutico: “Ainda que a cultura musical da modernidade seja inseparável dos meios, formatos, suportes e instrumentos musicais, até muito recentemente a reflexão em torno dos processos de mediação sonora permaneceu obscurecida pelas perspectivas que, a grosso modo, privilegiam as dimensões ideológicas, sociológicas, discursivas e/ou textuais da música. Assim, o esforço de refletir acerca dos artefatos sonoros era recebido com

6 - Tradução em português do livro *Stuff* (Compulsive Hoarding and the Meanings of Things) de Daniel Muller – expressão citada durante a aula “**Materialidades, afetos e redes sociais**” em 06_04_2017 na disciplina **Tecnologias da Comunicação e Sociabilidades** ministrada por Simone Pereira de Sá e Viktor Chagas. Utilizada aqui por apreço à sua sonoridade e amplitude. Registrada em minha memória graças a mediação do ator não-humano IC recorder ICD-PX440 gravador de voz.

desconfiança, traduzida, por exemplo, pela crítica em torno do “determinismo tecnológico” deste tipo de indagação.” (Pereira de Sá, 2014).

Apesar de se referir ao campo da música, sua indagação encontra ampla ressonância em boa parte dos enfoques com os quais vários fenômenos de comunicação audiovisual vêm sendo abordados.

Mas o que fazer para se desapegar da busca obsessiva pelo sentido textual? Como se desgrudar da letargia confortável de uma secular tradição hermenêutica? Uma das proposições de Latour parece ter sido retirada da fábula “a cigarra e a formiga”. Não que seja uma sugestão fictícia ou uma propaganda enganosa no estilo “emagreça comendo muito”. Ao contrário, sua recomendação talvez nos permita vislumbrar conexões do ponto de vista do horizonte; ou nos autorize a enxergar amarrações pela ótica dos “trecos, troços e coisas”; sua recomendação nos desata, enfim, da tarefa monotemática de revelar “O Objeto com O maiúsculo”.

“No mundo que a ANT⁷ tenta percorrer, nenhum deslocamento parece possível sem traslados caros e cansativos. Os sociólogos do social parecem pairar como anjos, transportando poder e conexões quase imaterialmente, enquanto o estudioso da ANT tem de arrastar-se como uma formiga, carregando seu pesado equipamento para estabelecer até o mais insignificante dos vínculos.” (Latour, 2012 pag 25)

A analogia com as formigas parecerá adequada se não fixarmos o foco apenas em sua laboriosa e sôfrega marcha, imagem um tanto quanto roída. Mas a metáfora se revelará mais fértil se imaginarmos o olhar paciente e em câmera lenta com o qual as formigas observam seu caminho.

Ao pesquisador seduzido por esse convite de jornada aparentemente só de ida caberá, após o embarque, observar todos os liames possíveis dessa grande estrutura. E lhe restará, em seguida, descrever minuciosamente todas as articulações que se apresentarem nesse trajeto. E como o próprio Latour adverte, “sem trapacear pegando carona, as ocultas, com uma ‘ordem social’ já existente”. (Latour, 2012).

Em uma aproximação preliminar identifiquemos que a designada “sociologia do social” e a “sociologia de associações” pensada por Latour, diferem em relação à forma de tratar o “objeto”. Enquanto a primeira privilegia a interpretação do social, a segunda pretende trabalhar com mapeamentos, rastreamentos, cartografias e descrições com o propósito de identificar o maior número possível de vínculos em determinado agregado. Enquanto a primeira naturaliza e torna o social um dado que se auto-explica, a TAR vê no “social” a conformação de múltiplos agregados e nestes, inumeráveis mediadores. Por mediadores, estamos entendendo, como faz a TAR, *actantes* que modificam ou desvirtuam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Ou recorrendo às próprias palavras do Latour:

“A distinção infinitesimal entre mediadores e intermediários é que produzirá, no fim,

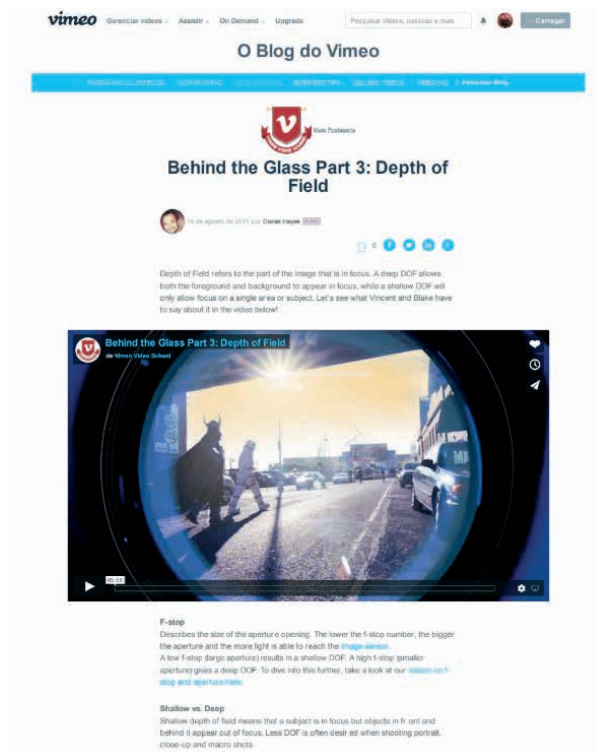
7 - ANT- Actor Network Theory

todas as diferenças de que precisamos entre os dois tipos de sociologia. Resumamos a contraste de uma maneira rudimentar: os sociólogos do social acreditam em *um* tipo de agregados sociais, *poucos* mediadores e *muitos* intermediários; para a ANT, *não* há um tipo preferível de agregados sociais, existem *incontáveis* mediadores e, quando estes são transformados em fiéis intermediários, não temos aí a regra, mas uma exceção *rara* que deve ser explicada por algum trabalho extra - usualmente a mobilização de ainda mais mediadores! Nunca dois pontos de vista sobre um mesmo objeto foram tão discrepantes” (Latour, 2012)

O tutorial do vimeo e parte de seus vínculos

Tomemos como exemplo, os tutoriais “Behind the Glass”⁸ (Por trás das lentes)⁹, hospedado no site Vimeo e redirecionado ao blogue Vimeo Video School, no instante em que o clicamos para visualizá-lo. O tutorial é subdividido em três partes: “Part 1: An intro to lenses”¹⁰; “Part 2: Focal Length”; “Part 3: Depth of Field”.

A página inicial que nos apresenta o referido tutorial, examinada sob a perspectiva da TAR, já poderia ser entendida como um dos “vínculos de um complexo agregado social” (Latour, 2012)



8 - Disponível em <https://vimeo.com/blog/post/behind-the-glass-part-1-an-introduction-to-lenses>

9 - Tradução minha

10 - Disponível em <https://vimeo.com/blog/post/behind-the-glass-part-1-an-introduction-to-lenses>

Em nossas análises tradicionais, este seria certamente um vínculo, pelo qual “passaríamos batido”. As informações escritas acima e abaixo do quadro onde o tutorial pode ser visualizado são, entretanto, resultado de um intenso processo negociado entre *actantes* diversos: redatores, revisores, programadores visuais, tipografia, aplicativos, programadores de informática, diferentes codecs de imagens (mp4; H264; mpeg; jpeg), conexões, *links*, ícones de redirecionamento para mídias sociais e comentários, etc. O texto que informa o conteúdo do que trata o tutorial em questão é escrito em preto mas algumas palavras são escritas na cor azul. São palavras que se referem a especificidades circunscritas ao mundo tecnológico. Termos técnicos, com potencial para intimidar o leitor leigo, que terá sua curiosidade e seu desejo de compreensão frustrados caso tais expressões não sejam explicadas ou “desmistificadas”. O fato destas palavras estarem sinalizadas em cor distinta à do texto padrão das informações é um detalhe que pode parecer banal se imaginarmos que o mesmo texto poderia ser impresso com idêntica disposição visual e recursos de notas de pé de página em uma folha de papel. A questão à ser sublinhada, no entanto, diz respeito ao caráter tecnológico e às possibilidades de “mediação” e “agência” que estas palavras contêm quando estão hospedadas (*e quando foram previamente programadas*) em plataforma digital conectada à rede. Não são palavras apenas. São *links*! *Links* que “Autorizam, permitem, concedem, estimulam, ensinam, sugerem, influenciam” (Latour, 2012 pg 108). Um clique, por exemplo, sobre o termo *image sensor* (sensor de imagem) sinalizado em azul, levar-nos-á imediatamente a uma didática explicação, contendo inclusive ilustrações e fotos. O significado deste componente, sua aplicação, seu histórico e outras peculiaridades podem ser conhecidos graças a este conjunto de “*actantes*” associados em rede *sociotécnica* (Latour, 2012)

Sobre rede *sociotécnica* recorro a uma das cinco “incertezas” agrupadas por Latour em torno de membros da esfera social. Ao se referir a natureza dos objetos em particular, ele nos dirá que: “o tipo de *agências* que participam das interações permanece, ao que tudo indica, aberto;” (Latour 2012, pg 42). Em seu conjunto de proposições teóricas, o autor justifica o uso da palavra “incerteza” fazendo uma importante observação, em nota de pé de página: “Preferi ‘incertezas’ – numa alusão velada ao “princípio da incerteza” – porque não é possível decidir se esta está no observador ou no fenômeno observado. Conforme veremos, o analista nunca sabe o que os atores ignoram, e os atores sabem o que o observador ignora. Por isso, o social precisa ser reagregado.”

Estimulado pela orientação da TAR - “Siga os atores enquanto enveredam pelo meio das coisas que acrescentaram às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança” (Latour, 2012 pg 104) – e no esforço de mapear mais um “actante” desta rede, prosseguimos neste relato examinando o terceiro tutorial, o vídeo “Behind the Glass – Part 3 Depth of field”¹¹

11 - Disponível em <https://vimeo.com/blog/post/behind-the-glass-part-3-depth-of-field>



Antes, contudo, acreditamos ser necessário, fazer uma breve introdução sobre “Profundidade de campo”.

No léxico fotográfico (ou em *fotografês*) a expressão “profundidade de campo” designa a separação de planos focais visíveis no mesmo quadro de imagem. Mais do que uma especificação técnica, o termo embute, de forma quase estratégica, um juízo de valor entre equipamentos “profissionais” e equipamentos “amadores”. Demarca uma fronteira entre “imagem esteticamente apurada” e “imagem captada de forma tosca”. Até muito pouco tempo atrás (2007), dispor de um equipamento capaz de captar uma imagem doméstica ou familiar com diferença de planos focais e “profundidade de campo” era algo inviável financeiramente para uma grande parte dos “amadores” interessados em obter este efeito ótico. Gradação focal e lentes capazes de produzir esse “*look*”, onde um objeto ou uma pessoa está nitidamente em primeiro plano e o resto da imagem permanece “borrada”, faziam parte do universo restrito da publicidade e dos filmes de grande orçamento.

Recentemente inúmeras câmeras domésticas passaram a dispor desta capacidade de utilização de lentes que possibilitam o recurso da mencionada “profundidade de campo”. De forma um tanto quanto súbita, uma boa parte dos “amadores” que faziam imagens ou registros de cunho não comercial, tinham à sua disposição, uma particularidade imagética tão “cara” ao léxico cinematográfico; um recurso técnico semi aurático na retórica das escolas “orgânicas” de técnica fotográfica e cinema.

No vídeo tutorial “Behind the Glass Part 3: Depth of Field”, que pretende nos ensinar a obter o “*look*” “definição em primeiro plano e fundo borrado”, as lentes que produzem o efeito de “profundidade de campo” não somente atuam acopladas às câmeras que captam as imagens, como também aparecem “encenando” em diversas tomadas do vídeo tutorial. Em diversos momentos que estão atreladas às câmeras, podemos perceber nitidamente os planos focais que as lentes enxergam e adquirir o conhecimento que estes actantes nos “concedem” sobre profundidade de campo. Quando estão “atuando” em cena, podemos vê-las sozinhas empilhadas sobre mesas ou nas mãos dos atores humanos que participam do tutorial.



Neste sentido, recordemos uma das principais lições da Teoria Ator-Rede: “Os objetos, pela própria natureza de seus laços com os humanos, logo deixam de ser mediadores para se transformarem em intermediários, assumindo importância ou não, independentemente de quão complicados possam por ser por dentro. Eis por que alguns truques precisam ser inventados para forçá-los a falar, ou seja, apresentar descrições de si mesmos, produzir roteiros daquilo que induzem outros – humanos ou não humanos – a fazer.” (Latour, 2012)

Cabe reiterar que a atuação das lentes neste agregado é atravessada, não somente por esta conexão com os atores humanos que as manipulam em cena ou atrás das câmeras, mas ainda por informações numéricas inseridas e animadas em tela. Tais informações, vinculam-se nesta teia “traduzindo” o nível de exposição das lentes, ou seja, mostrando na imagem o grau de abertura da íris para entrada de luz no exato momento em que está sendo utilizada para produzir a cena.

Fazer uma lente “falar” e trazê-la para um relato não significa necessariamente pressupor que os objetos agem por conta própria. Nas palavras de Latour, “Se quisermos ser um pouquinho mais realistas, em relação aos vínculos sociais, que os sociólogos ‘razoáveis’, teremos de aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para os quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras.” (Latour, 2012 pg 113).

Sobre este “ziguezaguear” das conexões entre humanos e objetos, cabe mencionar ainda que no conjunto dos tutoriais “Behind the Glass”, os figurinos utilizados pela dupla de atores humanos, “agem” enquanto transmitem conhecimentos sobre “profundidade de campo”: trata-se de indumentos de viking e trajes de astronauta! Estes figurinos são “objetos” cumprindo múltiplas funções. “Acoplando-se” aos atores, “agindo” ao serem

mostrados em foco, “performando” de forma destacada ao produzir contraste em plena luz do dia nas ruas de Manhattan, em Nova York, “habitat” preponderantemente urbano.



No humor “performado” pelos *actantes* chapéu de viking e capacete de astronauta, além do caráter lúdico que associam ao tutorial, estas peças também “deixam rastros” – definidos a partir da TAR como “inscrições de ações” (Latour, 2012). Não somente deixam rastros dos vínculos com os diversos atores envolvidos em suas prévias concepção e confecção antes de entrarem em cena: Costureiros, figurinistas, tecidos, linhas de costura... Mais do que isso: lembrando que a Plataforma Vimeo é um site aberto e composto por particularidades de mídias sociais – compartilhamento e comentários - o chapéu e o capacete também juntam-se à outros laços deste agrupamento para transformarem-se em outro componente capaz de acionar o que Raquel Recuero (2014) chama de “conversação

em rede”.

“A cada dia, pessoas de todo o mundo conectam-se à internet e se engajam com outras. Por meio dessas interações, cada pessoa é exposta a novas ideias, diferentes pontos de vista e novas informações. Com o advento dos sites de rede social, essas conversações online passaram a criar novos impactos, espalhando-se pelas conexões estabelecidas nestas ferramentas e, através delas, sendo amplificadas para outros grupos. São centenas, milhares de novas formas de trocas sociais que constroem conversações públicas, coletivas, sincrônicas, que permeiam novos comportamentos. São conversações em Rede.” (Recuero, 2014)

Nesta perspectiva do “espalhamento”, da propagação e dos rastros, como descrever um relato das associações envolvidas nessa rede cada vez mais incomensurável ? Por mais estratégico que sejamos para que nossa cartografia dissimule as “fraudes” ou “caronas” durante o percurso, descartar o *actante comando algorítmico*, não nos parece justo no propósito de um mapeamento plausível. Proponho portanto uma reflexão preliminar de caráter eminentemente especulativo sobre um debate que tem gerado inúmeras indagações a respeito desses comandos. Os conteúdos replicados nas páginas das mídias sociais possuem trajetórias caracterizadas por indeterminação e por imprevisibilidade ou obedecem implacavelmente aos critérios matemáticos e aos comandos algorítmicos ?

Em linhas muito gerais, duas correntes situam-se em campos opostos: sob uma perspectiva mais cética, críticos defendem que vemos em nossa timeline o que os computadores processam baseados em dados prévios de nosso comportamento online. Um olhar mais afável, de outro lado, observa que o grau de complexidade das interações em rede, aliado à conduta imprevisível do internauta faz com que se torne impossível definir previamente o percurso e o grau de interatividade que um determinado conteúdo adota. No vasto universo das páginas sociais é impossível antever o trajeto de uma postagem, bem como seus desdobramentos nas “conversações em rede”. Para além desta discussão não deixa de ser interessante que o humor tenha sido mencionado em alguns dos comentários postados nas páginas que hospedam os vídeos “Behind the Glass”, como elemento facilitador na compreensão dos conceitos e das práticas de “profundidade de campo”.

“*Muito engraçado e informativo*”¹², diz um dos comentários. “*Dicas muito úteis aqui. O senso de humor facilita bastante o consumo*”¹³, diz o outro. É justamente pela busca de “elementos facilitadores” para transmissão e apreensão de conceitos e práticas, que alguns teóricos e pesquisadores da área pedagógica, advogam em defesa do que chamam “edutainment”. Em rápida caracterização, o termo designa um misto de educação e entretenimento. Mistura que nos parece adequada para tratar dos assuntos relacionados às lentes e à profundidade de campo enfocados nos tutoriais “Behind the Glass”.

12 - Tradução minha para “very funny and informative”

13 - Tradução minha para “Very useful tips here. The sense of humour makes it a lot easier to consume”

Com características diametralmente opostas às dos comandos algorítmicos abordados anteriormente, os ícones que representam os comandos de assistir, pausar, retroceder ou avançar um conteúdo audiovisual no Vimeo, também não poderiam ser descartados desta cartografia que se pretende minimamente “verossímil”. Argumentamos que estes recursos são atores não humanos fundamentais na multiplicidade de interações da rede em questão. Entendemos que estes recursos comparecem de forma eloquente neste agregado, justamente por gerarem a possibilidade de “manipular” o ritmo de apreensão das informações durante a aquisição de saberes. Por exemplo, controlar o fluxo de cognição: reassistindo inúmeras vezes um trecho não compreendido; pausando um momento para compreensão visual de um determinado detalhe; aumentando ou diminuindo o volume de fala e dimensões do quadro... recursos enfim, que em última instância, permitem-nos “manusear” a volatilidade do saber transmitido por ensino não presencial, atribuindo-lhe certa materialidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrido este trajeto argumentativo, finalizamos nosso trabalho com a sensação de que um extenso mapeamento, contendo “o mais insignificante dos vínculos” que constitui a rede sociotécnica dos video-tutoriais “Behind the Lens” é questão demasiadamente complexa e indeterminada. Mesmo munidos de entusiasmo científico e da paciência das formigas, ao seguirmos os “rastros” de determinados actantes, corremos o risco de “não ver” (ou taticamente desprivilegiar) os vestígios volúveis de outros.

Enquanto procuramos dar conta de um “bom relato”, capaz de descrever os diversos laços que se formam nesse fenômeno de ensino não presencial mediado por plataforma online, novos vínculos se estabelecem, performam novos “ziguezagues” e rapidamente se desmancham. Trata-se de intrincada teia de atores humanos e não-humanos, marcada por estrutura volátil e comportamentos de difícil apreensão.

Na verdade, este caráter de incomensurabilidade dos agrupamentos sociais, ou melhor, das associações entre actantes, já havia sido alertado pela Teoria Ator-Rede. “É bem certo que, à primeira vista, a dificuldade de registrar o papel dos objetos deve-se à suposta incomensurabilidade de seus modos de ação em relação aos laços sociais tradicionalmente concebidos” (Latour, 2012 pg 111).

Ao cartografar vínculos entre actantes humanos e não humanos no conjunto de tutoriais “Behind the lens” da Vimeo video school, procuramos compreender, em diálogo com a TAR, se os inúmeros laços desta emaranhada teia formada por links, web 2.0, lentes, indumentárias, algoritmos, e botões de comando de vídeo, entre outros, impactam ou produzem diferença no processo de ensino não presencial mediado por plataforma. Apesar de alguns comentários analisados no Vimeo Video School apontarem indícios neste sentido, uma pesquisa futura pode mapear de forma mais ampla a rede “sociotécnica” e

alcançar resultados mais consistentes ou mesmo desenvolver indagações mais intrigantes.

Entendemos que a rentabilidade epistemológica da TAR é muito significativa. Ela não é a única teoria que evidencia a existência de processos de “ficcionalização” na construção do objeto de pesquisa. Mas certamente a TAR assume explicitamente estes processos. Latour, por exemplo, quando afirma que o pesquisador deve elaborar um “relato de risco” usa o termo “fabricação”. “Como estamos todos cientes de que fabricação e artificialidade não são o oposto de verdade e objetividade, não hesitamos em transformar o próprio texto em mediador.” (Latour, 2012 p 183)

Tematizando ainda a ficcionalização, Fellinto nos convida a refletir sobre a impossibilidade do sujeito de apreender integralmente o objeto. Esta precariedade conduz a teoria a ficcionalizar:

“A bem da verdade, esse reconhecimento de nossa insuficiência epistemológica e vocabular provavelmente se deve ao que R.L. Rutsky (1999: 14) já definiu como a extrema “complexidade do mundo tecnocultural”, que torna a posição tradicional do teórico (a de um sujeito ativo em contemplação distante de um mundo passivo) progressivamente inviável. Se hoje teorizar significa também, em boa medida, *ficcionalizar*, é porque se dissipou aquela distância epistemológica que permitia ao sujeito inquisidor aprisionar seu objeto. Uma situação que a língua alemã por acaso ainda expressa em sua articulação da palavra *Begri* (*conceito*) com o verbo *greifen* (*pegar, agarrar*) .

Por fim, uma bela “translação” da visão associativa, que Latour representa de forma tão evidente é expressa no truísmo que Jenny Holzer luminosamente projetou em nosso Pão de Açúcar: “Tudo está delicadamente interconectado”.

REFERÊNCIAS

BURGESS, Jean & GREEN Joshua with contribution of Henry Jenkins and John Hartley. **YouTube, Online Video and Participatory Culture**. Polity Press. UK 2009. Kindle Edition.

BURGESS, Jean & GREEN Joshua. **YouTube e a Revolução Digital**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Letramento, novas tecnologias e a Teroria Ator-Rede: um convite à pesquisa** <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/1066>.

CALVERT, Sandra L. & HUFFAKER, David A. - **Active Learning, Metacognition, And Transfer Of Knowledge In E-Learning Applications** - J. Educational Computing Research, Vol. 29(3) 325-334, 2003

CAVICCHIOLI, Gabriela Spagnuolo - **As Competências Audiovisuais E Os Novos Letramentos Na Escola** - Florianópolis, Dissertação de Mestrado – UFSC - SC, 2015

FAHSE-HERRO Danielle & STEINKUEHLER, Constance (2009) **Web 2.0 Literacy and Secondary Teacher Education**, Journal of Computing in Teacher Education, 26:2, 55-62

FELINTO, Erick. **Em busca do tempo perdido. O sequestro da história na cibercultura e os desafios da teoria da mídia**, Matrizes [en línea] 2011, 4 (Enero-Junio) : [Fecha de consulta: 30 de agosto de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143018637003>> ISSN 1982-2073

_____. **Novas tecnologias, antigos mitos: Apontamentos para uma definição operatória de imaginário tecnológico**. In: Galáxia. Revista do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica. Geminis 2014. <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1341>> Capturado em 23 jul. 2016. Online

JENKINS, Henry & GREEN Joshua. **Cultura da Convergência** (Tradução Susana Alexandria). São Paulo, Editora Aleph, 2009.

JENKINS, Henry ; GREEN Joshua ; FORD Sam. **Cultura da Conexão – Criando Valor e Significado por Meio da Mídia Propagável** (Tradução Patricia Arnaud). São Paulo, Editora Aleph, 2014.

KARIYAWASAM, Kanchana & TSAI, Matthew (2017): **Copyright and live streaming of sports broadcasting, International Review of Law, Computers & Technology**, DOI: 10.1080/13600869.2017.1299553

KIDD, Warren (2011): **Utilising podcasts for learning and teaching: a review and ways forward for e-Learning cultures** – Management in Education - DOI: 10.1177/0892020612438031

MUHAMMAD, Arslan - USMAN, Soo - YOUNG Shin – MUHAMMAD, Shahid & LÖVSTRÖM, Benny (2016): **A No Reference Video Quality Metric Based on Jerkiness Estimation Focusing on Multiple Frame Freezing in Video Streaming**, IETE Technical Review, DOI: 10.1080/02564602.2016.1185975

LATOUR, B. **Reagregando o Social – Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. (Gilson César Cardoso de Sousa). Salvador – Bauru, Editora EDUFBA - EDUSC, 2012.

PEREIRA DE SÁ, Simone. **Contribuições da Teoria Ator-Rede para a ecologia midiática da música** – in contemporânea | comunicação e cultura - v.12 – n.03 – set-dez 2014 – p. 537-555 | ISSN: 18099386

RECUERO, R. – **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet** / Raquel Recuero – Porto Alegre: Sulina, 2012.

DIAGNÓSTICO DE RENDA DOS PRODUTORES FAMILIARES ASSENTADOS NO VALE DO RIO CUIABÁ, SOB CONDIÇÕES DO RISCO-ESFORÇO

Data de aceite: 02/06/2023

Mamadu Lamarana Bari

Professor Adjunto da Faculdade de
Economia da Universidade Federal de
Mato Grosso

Jordi Rosell

Associated Professor of Univesitat
Autònoma de Barcelona

RESUMO: Este artigo estuda a viabilidade econômica e financeira das famílias assentadas no Consórcio do Vale do Rio Cuiabá-MT, levando em conta a renda do produtor familiar sob condição de risco esforço com ou sem assistência governamental, enquanto política pública para atendimento aos assentados que defrontam com dificuldades da produção que são inerentes aos pequenos produtores agrícolas. Para realização deste estudo foram utilizados os dados secundários e primários a partir de aplicação de questionários junto aos produtores rurais. A análise de dados foi possível com a utilização do modelo de risco de Newbery e Stiglitz. A simulação de cenários alternativos foi realizada com auxílio dos softwares *@RISK* e *Bestfit* a partir dos fluxos de caixa dos projetos pesquisados. O

resultado do estudo leva a constatação de que, equacionados os aspectos restritivos apontados, o crédito PRONAF poderá tornar possível, no médio e no longo prazo, a inclusão de camada crescente de beneficiários e, nesse sentido, poderá proporcionar a criação e a consolidação de novas condições para o aumento da renda dos agricultores, bem como incentivar a competitividade agrícola na região.

PALAVRAS-CHAVE: Renda, Produtores Familiares, Risco Esforço

DIAGNOSIS OF INCOME OF FAMILY PRODUCERS SEATED IN THE CUIABÁ RIVER VALLEY, UNDER RISK-EFFORT CONDITIONS

ABSTRACT: This article studies the economic and financial viability of the families settled in the Vale do Rio Cuiabá-MT Consortium, taking into account the income of the family producer under risk condition with or without government assistance, as a public policy to assist the settlers who They face production difficulties inherent in small-scale farmers. In order to carry out this study, secondary and primary data were used from the application of questionnaires to rural producers. Data

analysis was possible using the Newbery and Stiglitz risk model. The simulation of alternative scenarios was performed with the help of @RISK and Bestfit software from the cash flows of the projects surveyed. The result of the study leads to the realization that, considering the restrictive aspects mentioned, PRONAF credit may make it possible, in the medium and long term, to include a growing number of beneficiaries and, in this sense, may provide for the creation and consolidation of new conditions for increasing farmers' incomes, as well as encouraging agricultural competitiveness in the region.

KEYWORDS: Income, Family Producers, Effort Risk

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a viabilidade econômica e financeira das famílias assentadas no Consórcio do Vale do Rio Cuiabá-MT, levando em conta a renda do produtor familiar sob condição de risco esforço com ou sem assistência governamental, enquanto política pública específica para atendimento aos assentados que defrontam com dificuldades inerentes aos pequenos produtores agrícolas (financiamento, produção, preços de mercado, fretes/ transporte de produtos até o mercado, etc.). Neste sentido, especificamente, interessa a este estudo a verificação das condições ou dos níveis de eficiência econômica, dos quais depende a capacidade (ou não) de pagamento dos produtores familiares assentados. Dadas as hipóteses da pesquisa, levantadas, procurou-se estudar, especificamente, os custos financeiros dos produtores rurais assentados e seus impactos na viabilidade econômica dos empreendimentos e da renda dos mesmos. Nesta base, foram realizadas as simulações de vários cenários alternativos a partir de fluxos de caixa dos projetos de cada amostra de assentamento no Consórcio do Vale do Rio Cuiabá. Com base nestas simulações foram feitas análises sob condição de risco-esforço da renda agrícola e familiar.

1.1 O Problema e sua importância

O acesso à propriedade e uso da terra, no Brasil; e dentro desse, a reforma agrária como uma alternativa para assegurá-lo, tem sido um tema importante na pauta das políticas públicas e, por isso, fortemente realçado nas reivindicações dos movimentos sociais, especialmente nos últimos quarenta anos. Isso se deve a grande concentração de terras que se registra no país. Desta forma, investigar alternativas econômicas que possam facilitar o acesso à terra de forma sustentada, torna-se, igualmente, uma área fértil para o desenvolvimento de linhas de pesquisa econômica. É neste âmbito que se pretende localizar a relevância deste trabalho.

A tomada de decisão, tanto dos produtores familiares assentados, como do governo ou das instituições financeiras que concedem crédito, está envolvida em incertezas e riscos; por isso, propõe-se fazer um estudo sob ponto de vista do desempenho das famílias assentadas no vale do rio Cuiabá-MT, ora considerados pequenos produtores e, portanto, abrangidos pelo PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar.

A justificativa desta pesquisa reside na importância que se deve dar por um lado, a pequena produção, no caso a agricultura familiar, como centro de excelência de abastecimento de alimentos às populações de baixa renda da zona urbana, através das feiras semanais alternativamente realizadas em diversos bairros da capital e áreas metropolitanas, além das feiras, também, realizadas em municípios vizinhos às zonas de produção agrícola. Por outro lado, tributa-se a pequena produção responsabilidade de mais de 70% de emprego e de renda gerados no campo. O censo IBGE – 2010 (primeiros resultados) mostram que de uma área de 903.329,70 Km² do estado de Mato Grosso, 76.825 Km² correspondem a área dos municípios que fazem parte do Consórcio do Vale do Rio Cuiabá-MT, objeto desta pesquisa. E, nesta área, existem 105 assentamentos da reforma agrária contribuindo com a renda agropecuária, nesse ano, de cerca de R\$ 547.654,00.

Estudos desenvolvidos por PEREIRA e outros, (2011) mostram que enquanto a cidade de Cuiabá respondia em 2001, por aproximadamente, 25% do PIB mato-grossense, outros municípios integrantes do Consórcio do Vale do Rio Cuiabá em estudo, mostravam de forma desigual suas contribuições na geração da renda econômica do estado, por exemplo, Várzea Grande com 6,17%, Santo Antônio de Leverger, 0,47%, Nossa Senhora do Livramento, 0,21%, etc. Segundo PEREIRA (2009), a despeito da diversidade de base econômica e da dissemelhança de tamanho do PIB e de outros indicadores da renda, de forma majoritária, essas economias detêm reduzido grau de dinamismo, implicando, em função disso, na existência de baixo nível de renda da maior parte dos seus agentes econômicos.

Este trabalho, portanto, ocupa-se da análise de desempenho dos produtores familiares assentados sob a perspectiva da renda e condições do risco esforço. Posto o problema nesta perspectiva, uma dimensão fundamental da análise está associada às restrições e limites inerentes ao próprio estágio atual de desenvolvimento da agricultura brasileira e, dentro desta, da posição econômica e financeira desvantajosas, ocupada pelos pequenos agricultores ou pelos produtores familiares assentados, por suposição, beneficiários imediatos das políticas públicas dos governos federal e estadual.

A desvantagem de crédito e de meios de financiamento à produção para os agricultores familiares comparativamente aos grandes produtores rurais impõe restrições e limites à continuidade de fixação à terra ou mesmo de fazer jus ao projeto de reforma agrária a que foram beneficiados, necessitando, por isso, de uma intervenção do Estado na implementação de políticas públicas específicas, que estabeleçam as condições de viabilidade ao acesso à terra.

A análise de viabilidade econômica e financeira dos produtores rurais assentados, conforme a proposta formulada para a pesquisa, foi realizada em assentamentos de 09 (nove) Municípios a saber: Rosário Oeste, Nobres, Acorizal, Jangada, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Cuiabá. Em cada um desses

municípios foi selecionado um grupo de famílias, em diferentes assentamentos, conforme a descrição abaixo:

1- Acorizal (07 Famílias), 2 - Chapada dos Guimarães (16 Famílias), 3 – Cuiabá (11 Famílias), 4 – Jangada (14 Famílias), 5 - Nossa Senhora do Livramento (12 Famílias), 6 - Rosário Oeste (16 Famílias), 7- Nobres (04 Famílias), 8 - Santo Antônio do Leverger (13 Famílias) e 9 - Várzea Grande (07 Famílias).

Foram visitados 24 Projetos de Assentamentos (23,07%) do total de 104 no Vale do Rio Cuiabá e 100 famílias e deste total apenas 74 famílias foram consideradas para efeitos da amostragem.

Adotou-se para a análise do risco a metodologia de classificação do sistema de produção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesta metodologia o INCRA define, no I Censo da Reforma Agrária, a classificação do desempenho produtivo em três níveis de produção: *nível 1*, que corresponde ao sistema de produção sem uso de rotações e consorciações das culturas e também sem prática de irrigação; *nível 2*, é considerado mais avançado do que o primeiro e nele pratica-se não apenas a diversificação de culturas para garantir a continuidade do processo, mas também se preocupa com o perfil de um produtor profissional voltado ao mercado; e, por último, *o nível 3*, corresponde ao estágio mais avançado de todos, e neste nível os produtores já estão completamente integrados ao processo produtivo. Este nível corresponde ao sistema de reprodução ampliada, isto é, ao sistema que não apenas garante o excedente comercializável, mas também contribui para a continuidade do processo de reprodução do capital.

A escolha e limitação da amostra é justificada por um lado, pela diversidade de situações relativas à questão fundiária no Estado de Mato Grosso e, também, por este estado, além de sediar os maiores empreendimentos na área de agronegócio registra um volume considerável dos investimentos realizados na mesma área. Por outro lado, pelas especificidades regionais que caracterizam o estado, sendo o maior rebanho bovino do Brasil, cuja atividade se desenvolve concomitantemente com as grandes produções de grãos e de plumas onde se usam sistemas modernos de produção agrícola que permitem maior desempenho e produtividade, em detrimento as áreas localizadas no vale do rio Cuiabá, constituídas pelas populações ribeirinhas que se dedicam à pesca e fabrico de produtos artesanais e da imensa maioria que vive de roça e da pequena produção de hortigranjeiros, e que se constituem de produtores assentados pelo INCRA e reassentados pelo INTERMAT(Instituto de Terras de Mato Grosso) através de projetos coordenados pelo estado e municípios mato-grossenses, os quais beneficiaram do crédito PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para se estabelecerem.

Considerou-se como pressupostos teóricos e básicos para o estudo em efeito os seguintes:

- a) O tamanho máximo do lote por família é definido de acordo com a distribuição e

- o registro no título da terra recebido por cada família assentada;
- b) A taxa de juros é fixada pelo dispositivo em lei que beneficia o PRONAF;
- c) Os três fatores primários de produção são trabalho, capital e terra.
- d) A perfeita mobilidade desses fatores é admitida entre as atividades dos subsetores lavoura e pecuária.
- e) O fator trabalho é homogêneo dentro de cada setor.
- f) O fator capital é específico para cada setor.
- g) As famílias rurais derivam suas rendas dos retornos dos fatores primários empregados em dois subsetores agrícolas: lavoura e pecuária.
- h) A variável renda corresponde à renda agropecuária, ou seja, receita proveniente da atividade agropecuária.

Usou-se fontes de dados secundários para coleta de informações sobre o mapa de assentamentos registrados no Estado e por município, no Vale do Rio Cuiabá, quanto ao número de Projetos de assentamentos e número de famílias assentadas, que possibilitou a elaboração do questionário e mapeamento das amostras. Para a coleta de informações sobre a Renda agrícola e pecuária, a Renda não – agrícola dos assentados, a Produção agropecuária em quantidade e em valor monetário, Área total, número de escolas e de unidades de saúde vizinhas ao assentamento, foram necessárias visitas ao campo para a aplicação de questionários junto aos produtores rurais assentados.

2 | MODELO TEÓRICO E CONCEITUAL: O EFEITO DO RISCO SOBRE O ESFORÇO

A tomada de decisão, tanto dos produtores assentados ou a serem assentados, como do governo ou das instituições financeiras que concedem crédito, está envolvida em incertezas e riscos; por isso, propôs-se fazer um estudo sob o ponto de vista da viabilidade econômica e financeira do crédito fundiário.

Para avaliar a atitude dos produtores assentados em face ao risco, utilizou-se o modelo de estudo desenvolvido por NEWBERY e STIGLITZ (1985). Este modelo procura estudar o efeito do risco sobre o esforço dos agricultores em fase inicial de produção.

NEWBERY e STIGLITZ (1985) fizeram um estudo com base em modelo de estática comparativa para analisar o aumento multiplicado do risco para os agricultores que se dedicam ao sistema simples de produção, como é o caso da amostra deste trabalho. Esses autores desenvolveram a equação seguinte para ilustrar os esforços dos agricultores de baixa renda, sujeitos a riscos.

Considerando-se o caso do risco multiplicativo, no qual o agricultor produz apenas um único produto, a sua receita será

$$\tilde{Y} = p\theta \tilde{f}(x) \quad (1)$$

Se um único produto do agricultor é seu próprio trabalho, x , e se sua utilidade é separável na renda e no lazer, então o agricultor maximizará a sua utilidade.

$$EU\{\tilde{p}\theta f(x)\} \quad wx, \quad (2)$$

em que wx representa a “desutilidade” associada ao trabalho. Essa pressuposição significa que renda e lazer estejam na fronteira limite de serem substitutos e complementares. Entretanto, segundo NEWBERY e STIGLITZ (1985), essa pressuposição pode ser relaxada.

Admitindo-se w como fixo, então o produtor rural maximiza a sua utilidade pela escolha de x . Nesse caso, tem-se que

$$EU'(\tilde{Y})\tilde{p}\theta f' = w \quad (3)$$

Considerando-se o efeito de uma mudança na distribuição de $\tilde{p}\theta f$, deixando invariável $E\tilde{p}\theta$, então define-se uma nova variável aleatória, \tilde{r} , e reescreve-se a equação (3) como:

$$EU\{rf(x)\} \quad r = w/f'(x), \quad r \equiv \tilde{p}, \quad (4)$$

nesse caso \tilde{r} passa a ser a variável aleatória, que representa o retorno do agricultor, composto do efeito preço e da variabilidade do produto. Note-se que o primeiro termo, do lado esquerdo da equação (4), pode ser visto como função da variável aleatória \tilde{r} .

Para ver se esta função é convexa ou côncava em r , resolve-se o diferencial $rU'\{rf(x)\}$, com relação à r , obtendo

$$dU'/dr = U' + U''Y$$

$$= U'(1 - R)$$

$$r(d^2 U'/dr^2) = U''Y(1 - R) - U'R'Y,$$

em que $U'r$ é convexo ou côncavo, conforme o sinal apresentado: positivo é convexo, negativo é côncavo.

NEWBURY E STIGLITZ (1985) tinham como objetivo mensurar o retorno marginal esperado do aumento do esforço tendo como base as variáveis: utilidade líquida esperada da riqueza e o esforço despendido. Haverá um aumento no retorno marginal esperado do aumento do esforço quando a utilidade esperada líquida da riqueza aumenta.

Caso contrário, se o retorno esperado decresce, então o resultado do retorno marginal esperado para aumentar o esforço pode aumentar ou diminuir, conforme demonstrado na seguinte equação.

$$R(1 - R) + R'Y < \text{ou} > 0, \quad (5)$$

em que R é o coeficiente de aversão ao risco, e R' , o coeficiente do risco esforço.

Newbery e Stiglitz, ao objetivar mensurar o grau dos esforços, de acordo com a aversão relativa de risco de cada indivíduo ou grupo de indivíduo, construíram as seguintes pressuposições:

- a) Se $R' = 0$ (aversão relativa ao risco constante), o esforço é aumentado ou diminuído quando $R > 1$ ou $R < 1$. Indivíduos com aversão ao risco aumentam seus esforços quando este aumenta. Por outro lado, indivíduos que com aversão menor ao risco veem o retorno agrícola como baixo, portanto, a atividade agrícola passa a ser vista como atividade arriscada e não atrativa; nesse caso, os esforços são baixos.

b) Se $R' < 0$, a aversão ao risco torna-se maior para uma renda baixa; essa situação fica mais interessante para evitar baixos resultados; consequentemente, um aumento no risco torna-se um fato evidente que leva ao aumento do esforço para aumentar a produção.

Pretende-se, com esse modelo, analisar os impactos do crédito fundiário nos fatores de produção e renda, os quais podem ser demonstrados pela avaliação de custos e benefícios do produtor, com ou sem implementação do crédito fundiário.

É importante salientar que o desenvolvimento dessa parte do estudo permitirá analisar a eficiência dos produtores, em termos de produção e lucro, e o comportamento do mercado quanto ao risco. Desse modo, permite-se fazer um estudo da competitividade da agricultura brasileira com base na incorporação de técnicas modernas de produção.

Para a operacionalização do modelo de risco com base na proposta de pesquisa em análise foram usados os *softwares* (*@Risk*)⁷ e *Best Fit* (PALISADE CORPORATION), com vistas a avaliar a condição de risco esforço da renda agrícola dos produtores rurais assentados.

3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando a diversidade constatada nos assentamentos visitados, em termos de posse e titulação das terras conforme os municípios e a localização espacial em que se encontram em relação a sede dos municípios e aos dois mercados de comercialização (Cuiabá e Várzea Grande), bem como a similaridade no trato da lavoura (hortifrutigranjeiros, a produção artesanal de queijos, rapaduras e de farinha); considerando as dificuldades de escoamento das produções dos próprios, a partir de seus assentamentos para as sedes dos municípios ou para os principais mercados da região (Baixada Cuiabana). Escolheu-se como parâmetro de análise o **nível 1**, visto que a maioria dos integrantes da amostra do Censo encontra-se nesse estágio. Nesse contexto, o objetivo fundamental deste estudo passa a ser a preocupação de detectar a capacidade de pagamento do financiamento de custeios para os assentados levando em conta que, além de estarem no início de suas atividades produtivas, também estão integrados ao nível 1 de produção, dadas as diferenças municipais no tange as políticas públicas e, também, regionais no que tange o esforço de integração dos produtores familiares em associações e cooperativas para puderem se estabelecer, tendo em conta a localização de grandes fazendas de lavouras de grãos e algodão herbáceo no entorno do Vale do Rio do Rio Cuiabá, que em termos de resultados (rendimento agrícola) minam os esforços desses pequeno produtores.

Tendo em vista os riscos inerentes às atividades agrícolas (preço, clima, receita e política econômica), foi realizada a análise de sensibilidade para detectar as variáveis que oferecem maiores riscos, ou seja, aquelas em que as oscilações dos preços interferem no resultado financeiro de cada projeto de assentamento.

Nesta base, a análise de risco foi dividida em quatro cenários:

Cenário 1 - Análise de sensibilidade¹, considerando a situação dos projetos de assentamentos, a partir de financiamentos recebidos para o custeio, custos fixos e variáveis anuais, baseados em fluxos de caixa de cada projeto e por município² e, também, a possibilidade da concessão do crédito PRONAF com juros subsidiados.

Cenário 2 - Análise de risco, considerando a situação com crédito PRONAF e com a taxa de desconto de 2% para os Projetos que apresentaram o VPL negativo.

Cenário 3 - Cálculo do coeficiente da variação da renda, tomando como base a situação do cenário 2. O Resultado permite a constatação o esforço produtivo dos assentados.

Cenário 4 – Cálculo dos benefícios do PRONAF levando em conta o cenário 3.

Estes cenários foram analisados para todos os projetos e por municípios, num horizonte de 10 anos. Na análise do cenário com flexibilização das receitas, bem como dos custos foram levados em conta a capacidade de pagamento demonstrada pelos fluxos de caixa dos projetos de assentamentos em cada município.

Na elaboração do fluxo de caixa foram incluídas no *fluxo de saída*, as despesas com o custo de investimento (Crédito PRONAF), as despesas decorrentes da compra de sementes, insumos modernos, mão-de-obra contratada e familiar e custo de máquinas (CUSTO VARIÁVEL anual) e custos fixos anuais. No *fluxo de entrada* foram consideradas as receitas provenientes das atividades agrícolas, consideradas variáveis a partir do primeiro ano com base em 5%. Os principais indicadores considerados na avaliação do projeto no **cenário 1** foram o Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR), tendo-se como parâmetro auxiliar a razão Benefício/Custo (B/C).

Fez-se análise de sensibilidade para avaliar os efeitos dos custos de insumos e dos produtos nos resultados da produção de cada grupo de famílias selecionadas em cada projeto e por município, usando a distribuição triangular como o método que mais se adequa a este tipo de análise para detectar a sensibilidade do projeto quanto ao custo em três faixas: o mínimo, o mais provável e o máximo. Este procedimento visa detectar as variáveis mais influentes na modificação dos resultados financeiros. Para isso, foi usado, nas simulações, o método Latin Hypercube (amostragem sem reposição), com 1000 (mil) iterações. Foram tomados, como medidas de resultado, o VPL, a TIR e o B/C, e, como medida de seleção, o VPL.

A análise financeira no **cenário 1** (Quadro 1) detecta o VPL negativo em amostras de projetos de assentamentos do município de Nobres, Jangada, Várzea Grande e Cuiabá, a uma taxa de desconto de 6% com base na TJLP, sugeridas para os projetos da Reforma Agrária.

1 A metodologia da análise de sensibilidade (análise sob condições de riscos), os custos, bem como as receitas são apresentados assumindo a distribuição triangular.

2 Esta situação a partir de fluxos de caixa leva em consideração os benefícios recebidos pelos assentados para iniciarem os projetos mediante o crédito PRONAF e, também suas receitas e custos anuais.

MUNICÍPIOS	VPL	TIR %	B/C	TAXA DE JURO ANUAL
Rosário Oeste	R\$ 1.921,00	9,7	3,2	6
Nobres	-R\$ 3.353,00	2,7	1,8	6
Acorizal	R\$ 10.906,00	64,2	12,2	6
Jangada	-R\$ 7.127,00	3,9	2,4	6
Várzea Grande	-R\$ 925,00	4,3	4,6	6
Santo A. Leverger	R\$ 9.153,00	10,1	5,5	6
Chapada dos Guimarães	R\$ 3.360,00	12,9	9,6	6
Nossa S. Livramento	R\$ 5.100,00	0,0	2,5	6
Cuiabá	-R\$ 2.841,00	3,8	2,3	6

Quadro 1 - VPL, TIR e B/C em Fluxos de Caixa dos Municípios com Flexibilização de Receitas e Custos no horizonte de 10 anos

Fonte: Dados da Pesquisa

Neste quadro estão apresentados os principais resultados do VPL, TIR, e B/C dos referidos projetos. Adotou-se este critério em atendimento ao procedimento usado na análise do projeto. NORONHA (1987) explica que há uma controvérsia, na literatura, sobre a inclusão, ou não, dos encargos financeiros nos fluxos de caixa. Segundo esse autor, o procedimento mais correto é a não inclusão dos encargos financeiros nos fluxos de caixa, sobretudo se o critério da escolha do projeto for baseado na Taxa Interna de Retorno (TIR), porque essa inclusão reduz a TIR. Essa observação se baseia na justificativa de que um projeto indesejável, na ausência de financiamento, torna-se ainda mais indesejável, ao tentar-se avaliá-lo, incluindo os encargos financeiros.

Como demonstrado no Quadro 2 foram projetados os valores do VPL e TIR para uma taxa de desconto de 2% para os projetos com VPL negativo. Dado que o valor percentual da TIR é a taxa que faz o VPL igual a zero, portanto o crédito PRONAF para que estes projetos sejam viáveis devem ser oferecidos a taxa de desconto de 2%, ou seja a uma taxa de juros inferiores ao valor percentual da TIR.

A razão B/C em todos os projetos dos municípios selecionados são maiores que um, essa relação significa dizer que sob ponto de vista financeiro, para cada real investido, o projeto traz um benefício maior que R\$ 1,00. Uma vez que a análise do Cenário não trouxe resultado satisfatório a taxa de desconto de 6% proposto, conclui-se que para os produtores familiares assentados nesse projeto não seria possível alcançar a viabilidade financeira que permitisse continuidade ao projeto e, conseqüentemente, como assentados. Por esta razão, foi considerada como proposta o cenário 2, ou seja, o cenário que permitisse a análise de risco, considerando a situação com crédito PRONAF e com a taxa de desconto de 2% para os Projetos que apresentaram o VPL negativo. Com esta atual proposta, todos os projetos apresentaram um VPL positivo com TIR favorável e a relação Benefício Custo maior que um. Conforme demonstra o Quadro 2.

MUNICÍPIOS	VPL	TIR	B/C	TAXA DE JURO ANUAL
Rosário Oeste	R\$ 12.321,00	9,8	3,2	2
Nobres	R\$ 2.660,00	2,8	1,8	2
Acorizal	R\$ 35.891,00	64,2	12,2	2
Jangada	R\$ 20.914,00	4	2,4	2
Várzea Grande	R\$ 3.759,00	4,4	4,6	2
Santo A. Leverger	R\$ 57.015,00	10,2	5,5	2
Chapada dos Guimarães	R\$ 18.419,00	13,1	9,6	2
Nossa S. do Livramento	R\$ 5.100,00	INDF	2,5	2
Cuiabá	R\$ 7.311,00	3,9	2,3	2

Quadro 2 - VPL, TIR e B/C em Fluxos de Caixa dos Municípios com Flexibilização de Receitas e Custos no horizonte de 10 anos com Taxa de Desconto em 2% ao ano.

Fonte: Dados da Pesquisa

Uma vez constatada a prática de taxa de desconto que faz o projeto se tornar viável financeiramente, faz-se necessário calcular o coeficiente da variação da renda, tomando como base a situação do cenário 2. Este cálculo permite proceder a análise com base nos coeficientes obtidos a fim de permitir definir a atitude dos produtores em face ao risco, cujos dados constam no Quadro 3. Neste quadro, constata-se que os dois fatores que mais identificam as atitudes dos produtores em face ao risco são o *coeficiente de aversão ao risco* (desvio-padrão) e o *quadrado do coeficiente da variação da renda* (Covariância). As magnitudes desses coeficientes influenciam, sobremaneira, a determinação do ganho de eficiência (*Be*), ou o ganho puro do produtor. Esta análise identifica a análise do risco proposto no cenário 3. A disparidade verificada entre as rendas médias dos assentados em cada município e seus respectivos desvios padrão deve-se a diferença numérica dos assentamentos cadastrados em cada. Já o índice que reflete o Quadro de Coeficiente da Variação da renda média (QCV) mede o esforço produtivo dos assentados, ou seja, identifica o perfil em termos de posicionamento (ranking) em competitividade entre os produtores familiares assentados mais eficientes ou menos eficientes. Portanto, quanto menor for o QCV, maior será a precisão da distribuição entre a classes mais eficientes e menos eficientes, por município, conforme se constata no quadro 3. Isto permite afirmar que os pequenos produtores familiares podem ser competitivos com criatividade e diversificação de produção introduzindo pequenas melhorias sem grandes investimentos.

MUNICÍPIOS	RENDA MÉDIA	DESVIO PADRÃO	QUADRADO CV
Rosário Oeste	36.644	61.331,00	0,000288
Nobres	23.889	619,56	0,000687
Acorizal	77.454	204,48	E-06
Jangada	100.911	4.090,27	0,001663
Várzea Grande	22.560	1.021,31	0,002057
Santo A. Leverger	151.418	1.052,60	E-05
Chapada dos Guimarães	64.911	226,01	E-05
Nossa S. do Livramento	33.851	410,15	0,000146
Cuiabá	36.760	871,05	0,0006

Quadro 3 - Renda Média, Desvio Padrão e Quadrado da Variação da Renda

Fonte: Dados da Pesquisa

A variabilidade do prêmio risco representada no quadro 4, conforme os municípios listados, estão de acordo com as magnitudes dos *benefícios de transferência* (BT) e *ganhos de eficiência dos produtores* (BE)

MUNICÍPIOS	BT	BE	PRÊMIO RISCO
Rosário Oeste	0,045	0,017	1.644
Nobres	0,079	0,026	1.889
Acorizal	0,006	0,003	454
Jangada	0,108	0,041	10.911
Várzea Grande	0,022	0,045	500
Santo A. Leverger	0,009	0,007	1.418
Chapada dos Guimarães	0,014	0,003	911
Nossa S. do Livramento	0,025	0,012	851
Cuiabá	0,020	0,024	720

Quadro 4 - Medição dos Benefícios do Crédito PRONAF Fonte: Dados da Pesquisa

No quadro 4 apresentam-se os resultados alcançados pelo produtor, esta análise configura o **cenário 4**, ou seja, o *Benefício de Transferência* do produtor (BT), isto é, o benefício que este recebe, independente de correr ou não risco³. Os coeficientes (BT) são mais evidentes e representativos para os projetos de assentamentos selecionados e localizados nos municípios de Rosário Oeste, Nobres e Jangada. Se por um lado os valores (BT) associados a estes municípios, significam que, para cada real investido, o produtor recebe um benefício de 0,045, 0,079, e 0,108. Por outro lado, o *Benefício puro* (BE), que determina a eficiência do produtor e que depende da magnitude da aversão

³ Em termos da análise sobre riscos e incertezas, **BT** pode ser considerado como valor esperado da renda, e **Be**, como utilidade do valor esperado da renda.

relativa do risco dos mesmos, apresenta os seguintes resultados para os mesmos projetos nos municípios citados, respectivamente: 0,01, 0,02 e 0,04. Como pode ser observado, o valor esperado da renda (BT) é maior que a utilidade do valor esperado da renda (Be) e, portanto, representativa. Esse é motivo pelo qual neste cenário contata-se uma situação menos arriscada quando a intervenção das políticas públicas se fizer presente.

Ainda, quando se analisa a quadro 4 constatam-se aumentos no valor do prêmio ao risco. Este fato é evidente porque o aumento do tamanho do lote caracteriza um esforço a mais dos produtores assentados para aumentarem as suas rendas agrícolas; nesse caso, o risco aumentará em razão de variação nos custos dos insumos.

Para analisar riscos alternativos para os produtores familiares assentados que usam o sistema simples de produção a partir da renda média destes por município determinou-se o coeficiente da variação da renda e desses os coeficientes de aversão relativa ao risco de Arrow Pratt tomando como base a expansão de série Taylor, cujos dados constam no quadro 5. O coeficiente da variação da renda deve ser interpretado como a variabilidade da renda em relação à média. Quanto menor for o coeficiente mais homogêneo será o conjunto de dados sobre a renda apresentada.

MUNICÍPIOS	Renda Média	Coef. Var. da Renda	R	R'
Rosário Oeste	36.644	0,016973	0,90	0,10
Nobres	23.889	0,02622	0,74	0,26
Acorizal	77.454	0,002639	0,99	0,01
Jangada	100.911	0,040779	0,80	0,19
Várzea Grande	22.560	0,045351	0,87	0,13
Santo A. Leverger	151.418	0,006919	0,91	0,09
Chapada dos Guimarães	64.911	0,003497	0,95	0,05
Nossa S. do Livramento	33.851	0,012081	1,00	0
Cuiabá	36.760	0,024486	0,80	0,20

Quadro 5 - Riscos Alternativos para os Produtores Assentados que usam Sistema Simples de Produção

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise de riscos alternativos para os produtores familiares que usam o sistema simples de Produção (quadro 5) é de que os agricultores assentados com aversão ao risco e de baixa renda têm *diminuído esforços* para aumentar suas rendas agrícolas através do aumento das áreas de produção. Essa situação pode ser verificada por meio dos coeficientes apresentados pelo R (aversão relativa ao risco) e pelo R' (coeficiente risco esforço). Dado que os coeficientes risco esforço (R') estão mais próximos de zero, do que 1 (um), e o coeficiente de aversão relativa ao risco (R) menor que 1 (um), de acordo com NEWBERY e STIGLITZ (1985), o desempenho desses agricultores é diminuído em razão

do aumento de suas aversões ao risco. Eis a razão porque na análise de competitividade e grau de eficiência conforme se demonstra no relatório de pesquisa cuja quadro não permite ser disponibilizada neste trabalho dada a sua dimensão, constata-se que 85,13% dos estabelecimentos pesquisados são classificados como de **Médio Desempenho (MD)**.

A variabilidade dos coeficientes R e R' , indica que os agricultores já estão cientes dos riscos que a atividade agrícola oferece, estando, portanto, aptos a administrá-los. Por isso, podem ser considerados quase que cientes ao risco, mas preferem aguardar pelos dias melhores. Durante a fase de entrevista aos produtores quando perguntados sobre o que fazer se a situação piorar persistindo o agravamento da queda dos preços e falta de crédito, a maioria tem respondido não abandonar o campo preferindo permanecer até que a situação melhore, porque não têm como sobreviver na cidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ocupou-se da análise sobre o diagnóstico da renda do produtor familiar assentado no Vale do Rio Cuiabá. Foram analisados, em particular, os benefícios associados a determinadas políticas públicas no que tange ao assentamento de novos colonos de sem terras, bem como reassentamentos dos produtores que já tinham terras nas zonas rurais, sem puder cultivá-las, necessitando para isso de benefícios de créditos através do PRONAF. Para isso precisaram de ser cadastrados pelo governo de estado de Mato Grosso. Foram também analisados os impactos das condições de melhoria na renda dos assentados como um dos objetivos principais deste estudo para constatar a viabilidade econômica dos estabelecimentos rurais e da renda dos mesmos.

Deste modo a pesquisa ocupou-se da análise específica sobre o diagnóstico de renda dos produtores familiares assentados e sobre condições de vida nos assentamentos.

Por esta razão, neste estudo se realizou a verificação dos níveis de eficiência econômica, dos quais depende a capacidade (ou não) de pagamento, pelos beneficiários, portanto, a viabilidade dessa política pública.

As análises realizadas permitiram constatar que a viabilidade econômico-financeira dos assentados com relação as atividades agrícolas baseadas em sistema de produção simples estão fortemente associadas à sustentabilidade dos assentamentos rurais, no sentido de não ser indiferente às condições de eficiência econômica que tornam possível o retorno do financiamento da aquisição dos insumos.

Nesse contexto, o objetivo principal deste estudo foi fazer uma análise sobre a renda familiar nos assentamentos a fim de permitir um diagnóstico mais aprofundado sobre os assentamentos rurais e sobre os produtores beneficiários da reforma agrária do ponto de vista financeira, e dos impactos das políticas públicas sobre a renda dos beneficiários da reforma agrária, nos preços recebidos pelo produtor e na remuneração de fatores de produção.

As análises basearam-se nos estudos de modelos de riscos na agricultura. Dentre os modelos aplicados, destaca-se o de NEWBERY e STIGLITZ (1985). A técnica empregada para estimação das análises desenvolvidas neste estudo foi a de *@Risk 7.0*, aplicando-se o método de simulação *Latin Hipercube*, que é recomendável quando se faz simulação acima de 100 iterações.

Os cenários foram construídos obedecendo os critérios de sequências na análise de risco dos Projetos de Assentamentos pesquisados, conforme explicados na seção 3, ou seja, Análise e Discussão dos Resultados.

Na análise do fluxo de caixa, levou-se em conta os dois critérios que discutem a inclusão, ou não, dos encargos financeiros nos projetos, sobretudo quando o critério de avaliação for o VPL e a TIR. A taxa de juros máxima, compatível com a capacidade de pagamento dos beneficiários do crédito PRONAF, situa-se em torno de 2% ao ano para os projetos de assentamentos localizados nos municípios de Nobres, Jangada, Várzea Grande e Cuiabá, condições de viabilidade financeira dos projetos de assentamentos, constatadas quando foi simulado o cenário 2 (flexibilização da taxa de juros). Ao simular o modelo com taxa de juros de 6% ao ano, apenas os projetos de assentamentos localizados nos municípios de Rosário Oeste, Acorizal, Santo Antônio de Leverger e Chapada dos Guimarães apresentaram um VPL positivo, portanto, viáveis, sob ponto de vista financeiro.

Dessa forma, pode-se concluir que a taxa de juros que deve ser cobrada para o financiamento torna-se um divisor de águas. Ela se torna um dos mais importantes fatores a favor, ou contra a viabilidade econômico-financeira dos assentamentos, devendo, portanto, ser avaliada, levando-se em consideração como alternativa a taxa de juros subsidiada e com um período de carência que esteja dentro de limites adequados às atividades da lavoura e/ou, pecuária.

Essa questão poderia ser compatibilizada com uma assistência creditícia direcionada, tipo PRONAF, para financiar o custeio agrícola e a assistência técnica. O financiamento para o custeio é condição necessária para viabilizar possíveis aumentos da produtividade agrícola que é dependente do uso de insumos modernos. Essa ação pode ser incentivada pelo trabalho de extensão rural, aproveitando-se a capacidade implantada desses serviços e sua capilaridade, o que poderá significar redução nos custos dessa atividade.

Em suma, esse diagnóstico indica apenas uma condição necessária, mas não suficiente, para definir a dimensão exata do grau de risco e de quanto, os produtores avessos ao risco, estariam dispostos a pagar para não o correr.

Na análise do cenário 4, constatou-se a diminuição de esforços despendidos pelos agricultores assentados para ampliarem as suas rendas. Esta situação está demonstrada nos coeficientes apresentados pelo R (aversão relativa ao risco) e pelo R' (coeficiente risco esforço). Os coeficientes risco esforço (R') estão mais próximos de zero do que de um; e o coeficiente de aversão relativa ao risco (R) é menor que um. Isto demonstra, de acordo com a análise de risco esforço, que os esforços desses produtores são diminuídos, em razão do

aumento da aversão ao risco. Por esta razão, a maioria só produz apenas para subsidiar seus gastos familiares.

A variabilidade dos coeficientes R e R' , indica que os agricultores já estão cientes dos riscos que a atividade agrícola oferece, estando, portanto, aptos a administrá-los esperando pelos dias melhores. Durante a entrevista realizada junto aos produtores, quando perguntados sobre o que fazer em relação a situação relatada, caso persistir o agravamento da queda dos preços e falta de crédito. A maioria tem respondido não abandonar o campo preferindo permanecer até que a situação melhore, porque não têm como sobreviver na cidade.

Do conjunto dos produtores selecionados nas amostras por municípios, todos usam o sistema de produção no **nível 1**, isto é, **sistema de produção simples**.

Por não existirem informações sobre outras fontes de renda, limitou-se a considerar a renda proveniente da receita da produção agropecuária, o que, provavelmente, explica o resultado financeiro desfavorável para a maioria dos entrevistados e pelos resultados do VPL negativo constatados em 4 municípios.

Em conclusão, pode-se afirmar, com base nos resultados das análises, e apesar das restrições de renda dos produtores, o crédito PRONAF como uma das políticas públicas para financiar o acesso à terra, constitui uma alternativa viável para este acesso, em que pese os resultados dos VPLs em termos absolutos. Os VPLs encontrados com base nos dados financeiros informados, quando rateados para números de famílias cadastradas, em termos de retornos financeiros, apresentaram uma renda mensal excessivamente baixa na maioria dos assentamentos pesquisados. Se por um lado a renda dos assentados é proveniente apenas dos esforços gerados na lavoura. Por outro lado, não se pode desprezar a hipótese (realista) de que alguns assentados consigam agregar a seus orçamentos familiares outras fontes de rendas não agrícolas, o que, certamente, poderá representar um acréscimo na receita familiar.

Entretanto, persistem as questões da taxa de juros, da carência, do modo como esses problemas serão solucionados, bem como dos acessos e das condições necessárias à melhoria da qualidade de vida e ao crescimento da produtividade agrícola nos assentamentos.

O estudo demonstrou objetivamente que, equacionados adequadamente os aspectos restritivos apontados, o crédito PRONAF poderá tornar possível, no médio e no longo prazo, a inclusão de uma camada crescente de beneficiários e, nesse sentido, poderá proporcionar a criação e a consolidação de novas condições para o aumento da renda dos agricultores, bem como para incentivar a competitividade agrícola na região.

REFERÊNCIAS

APARECIDA, E. C. *Análise de custo-benefício de um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais*. Viçosa: UFV, 1997. 54p. (Monografia).

BARI, M. L. e TEIXEIRA, E. C. *A Reforma Agrária e o Crédito Fundiário*. Folha de São Paulo 26 out 1996, p. 5 -

BARI, M. L. e TEIXEIRA, E.C. CRÉDITO FUNDIÁRIO NO BRASIL: *atitudes dos produtores assentados quanto ao risco*. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz de Iguaçu. XXXVII – SOBER, 1999.

BRAVERMAN, A BRANDÃO, A S. P. CAMPOS, A C. *Commodity price, stabilization and policy reform an approach to the evaluation of the brazilian price band proposals*. Washington: The World Bank, 1992. 16p.

GARBIN, Vitor Hugo. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Baixada Cuiabana – MT*, 2006

HOFFMANN. *Distribuição de renda na agricultura*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1991. 155p.

JUST, Richard E., POPE, Rulon D. *Production Function Estimation and Related Risk considerations*, In: American Journal of Agricultural Economics, v.61, n.2, p.276-84, 1979.

NEWBERY, David M. G., STIGLITZ, Joseph E. *The Theory of Commodity Price Stabilization: A Study in the Economics of Risk*. Oxford: Clarendon Press. 1985.

NORONHA, J. F. *Projetos Agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica*, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 274p.

QUIGGIN, J. C. & LEATHERS, H. D. *Interactions Between Agricultural and Resource Policy: The Importance of Attitudes Toward Risk*. American Journal of Agricultural Economics v. 73, n. 3, p.757-64, 1991.

PEREIRA, B. D; CARVALHO RUBIANE P; FIGUEIREDO M.G, ALVES, A. P. e VILAS NOVAS, G. *O Efeito da Agricultura Matogrosense no PIB per capita Estadual* In. 49º Congresso da SOBER, 2011, Belo Horizonte-MG. Demografia e Meio Rural: população, políticas públicas e desenvolvimento SOBER, 2011 v1.

SANTANA, A C. *A Tomada de Decisão sob Condições de Risco em Comunidades Amazônicas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 30, 1992, Rio de Janeiro. Anais... Brasília: SOBER, p. 1-14, 1992.

TRANSFORMAR EMPRENDIMIENTOS FAMILIARES EN EMPRESAS FAMILIARES

Data de submissão: 08/05/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Tayupanta López Amparo del Consuelo

Magister en Fiscalidad Internacional,
Universidad Internacional de la Rioja,
España. Docente, Instituto Superior
Tecnológico de Turismo y Patrimonio

RESUMEN: La investigación tuvo por objeto analizar el beneficio de transformar los emprendimientos familiares en empresas familiares, legalmente constituidas que permita el crecimiento económico de las familias, la generación de las fuentes de empleo y el acceso al financiamiento externo, con el objetivo de mantenerse en el tiempo. El presente artículo se ha desarrollado desde una visión descriptiva, se ha respaldado en fuentes estadísticas de estudios realizados entre 2018 y 2020, de páginas oficiales tanto de Ecuador como de América, presenta conceptos básicos de diferentes autores sobre emprendimiento que permite determinar su importancia en la economía de los países y su transición en la conformación de empresas familiares legalmente constituidas. Estas conjuntamente con la Ley Orgánica de Emprendimiento e innovación, refuerzan las teorías de que impulsar las empresas

familiares permitirán a los estados dinamizar sus economías. Por último se mencionó las opciones de financiamiento tanto en el sector público como privado a las que pueden tener acceso los emprendedores, para financiar sus capitales de trabajo y mejorar sus activos productivos que les permita así optimizar su procesos y brindar en el mercado bienes y servicios de mejor calidad y con precio competitivo, recordando que la conformación de empresas familiares siempre debe ir de la mano de la innovación y la capacitación permanente de sus personal para consolidarse entre los consumidores.

PALABRAS CLAVE: emprendimiento, empresa familiar, impulsar, economías estatales, transformar.

TRANSFORMING FAMILY ENTERPRISES INTO FAMILY- OWNED BUSINESSES

ABSTRACT: The research aimed to analyze the benefit of transforming family entrepreneurship into family businesses, legally constituted that allows the economic growth of families, the generation of sources of employment and access to external financing, with the objective of being maintained over time. This article has been

developed from a descriptive vision, it has been supported by statistical sources of studies conducted between 2018 and 2020, from official pages of both Ecuador and America, it presents basic concepts of different authors on entrepreneurship that allows determining its importance in the economy of the countries and its transition in the conformation of legally constituted family businesses. These, together with the Organic Law of Entrepreneurship and Innovation, reinforce the theories that promoting family businesses will allow the states to dynamize their economies. Finally, it was mentioned the financing options both in the public and private sector to which entrepreneurs can have access, to finance their working capital and improve their productive assets that will allow them to optimize their processes and provide goods and services of better quality and competitive price in the market, remembering that the formation of family businesses must always go hand in hand with innovation and permanent training of their personnel to consolidate themselves among consumers.

KEYWORDS: boosting, enterprises, family business, state economies, transforming.

INTRODUCCIÓN

La investigación que el presente trabajo quiere abordar es la transformación de los emprendimientos familiares en empresas familiares, para que puedan llegar a perdurar en el tiempo, a través de la creación de sociedades legalmente constituidas.

Este tipo de negocios gozan de gran versatilidad; permitiendo, mediante un buen manejo de los procesos un crecimiento que les permita convertirse en sociedades legalmente constituidas.

Durante el año 2020, la Asamblea Nacional aprobó la Ley Orgánica de Emprendimiento e Innovación; que tiene como objetivo mantener las estadísticas recogidas por la propia Ley, que menciona a Ecuador como uno de los países con más alta intención de emprender, pero al mismo tiempo ser uno de los países con más dificultades para lograrlo.

Con esta Ley se pretende la creación de alternativas de financiamiento, dado que la mayor problemática al momento de emprender es la falta de capital y el poco o nulo acceso al financiamiento por parte del sector financiero del país.

El presente trabajo tiene como finalidad resaltar la figura de los emprendimientos familiares que sirvan como estrategia de desarrollo sostenible para los pueblos, y su continuidad en el tiempo de generación en generación en el marco conjunto del esfuerzo mancomunado de sus integrantes sobre la visión prospectiva de ir a la par con el desarrollo global (Santamaría y Pico, 2014).

Se presenta una idea clara sobre el emprendimiento familiar, su evolución en el tiempo, sus beneficios y las desventajas que no le permiten evolucionar en el tiempo y llegar a superar la tercera generación familiar, llevando a su desaparición.

La investigación asume una concepción cualitativa de carácter descriptivo y documental-comparativo, se desarrolló con información secundaria recolectada de diversas fuentes bibliográficas textos, revistas de información económica, elaborando un referente teórico que permitió conceptualizar la teoría y realizar una contrastación y comparación

causal con los datos.

EMPRENDEDOR: DEFINICIÓN Y CARACTERÍSTICAS

Según lo expresa Kunkel (1991) “La actividad emprendedora es la gestión del cambio radical y discontinuo, o renovación estratégica, sin importar si esta renovación estratégica ocurre adentro o afuera de organizaciones existentes, y sin importar si esta renovación da lugar, o no, a la creación de una nueva entidad de negocio”.

Para Mill (1965), la denominada “industria naciente” es importante para el desarrollo económico de los países; pero al mismo tiempo presenta debilidades por la falta de experiencia y habilidades de quienes están al mando.

Para Mises (1949), el emprendedor es aquel que mira las oportunidades que otros no ven, es aquel que dirige sus esfuerzos a satisfacer las necesidades del consumidor.

Para Schumpeter (1928), “La función de los emprendedores es reformar o revolucionar el patrón de producción al explotar una invención, o más comúnmente, una posibilidad técnica no probada, para producir un nuevo producto o uno viejo de una nueva manera; o proveer de una nueva fuente de insumos o un material nuevo; o reorganizar una industria, etc.”.

Stevenson (1989), “Emprender es perseguir la oportunidad más allá de los recursos que se controlen en la actualidad”. Para este autor es importante que el emprendedor innove, ya sea un producto, un tipo de negocio o un proceso dentro de una cadena de producción.

Los emprendimientos familiares aparecen con mayor historia en Japón, donde se les conoce con el nombre de Shinise, estos han avanzado en el tiempo convirtiéndose en empresas sólidas. Un ejemplo de empresa familiar japonesa es Kongo Gumi Co. Ltd., que continuo actividades por 40 generaciones desde su fundación, operando por más de 1420 años.

A diferencia de los países asiáticos como Japón o Corea, en Latinoamérica, si bien las empresas familiares son de vital importancia para el desarrollo de los países y constituyen el 50% del PIB de sus economías (NEUBAUER Y LANK, 1998), su permanencia en el tiempo es efímera, muchas de ellas no logran sobre-vivir a la tercera generación familiar.

CONSIDERACIONES GENERALES SOBRE LOS EMPRENDIMIENTOS FAMILIARES

PwC Global Family Business Survey 2018, una encuesta aplicada a más de 2950 negocios familiares de 53 países del mundo presenta, en la que se muestra que el 90% de las empresas ecuatorianas son de origen familiar.

PwC Global Family Business Survey 2021, menciona que las empresas familiares

son complejas, si bien el 68% de familiares que no son parte del directorio de las mismas confían en los miembros que si lo están, solo el 58% comparten el mismo punto de vista, esto es uno de los motivos por los cuales en determinado momento la empresa familiar deje de crecer y sufra un cierre.

Como se puede apreciar en la figura 1, en Ecuador el nivel de confianza en los miembros de la familia un gran porcentaje per-mite a la familia tomar las decisiones en el negocio, manteniendo el control de las decisiones.

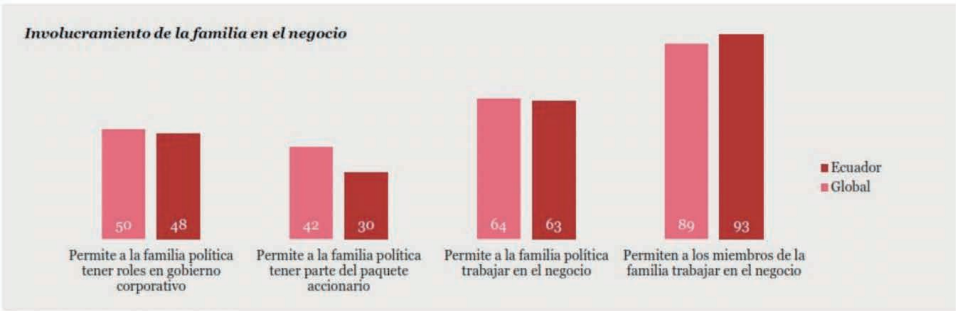


Figura 1. Involucramiento de la familia en el negocio.

Fuente: Family Business Survey (2018)

Se puede ver en la Figura 2, de acuerdo datos han sido obtenidos de la encuesta realizada por la Universidad de Especialidades Espíritu Santo (UEES, 2017), que más del 90% de las empresas registradas en la Superintendencia de compañías se consideran pequeñas y micro empresas, y son de carácter familiar, perteneciendo a los sectores del comercio, actividades profesionales e inmobiliarias principalmente.

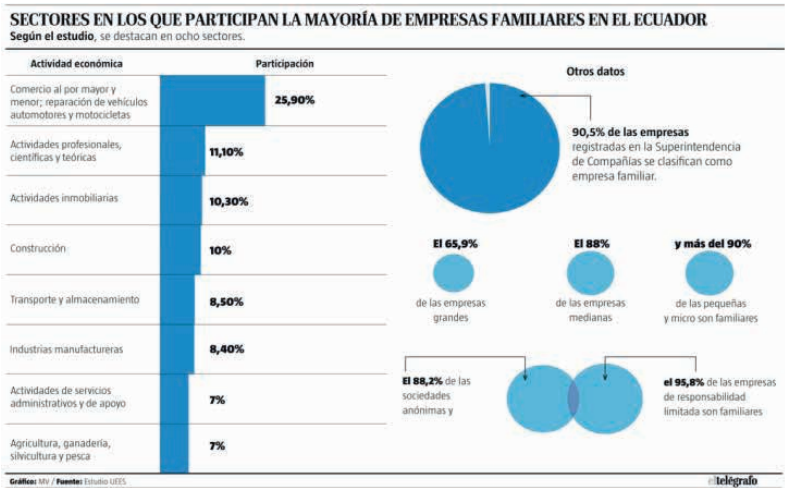


Figura 2. Sectores en los que participan la mayoría de empresas familiares en el Ecuador.

Fuente: Universidad de Especialidades Espíritu Santo (UEES, 2017)

Si bien estos números muestran empresas familiares legalmente constituidas, no debemos dejar de lado a los emprendimientos familiares, aquellos que de acuerdo al concepto de emprendedor de Mises (1949) el emprendedor es aquel que mira las oportunidades que otros no ven, es aquel que dirige sus esfuerzos a satisfacer las necesidades del consumidor, según registros del Servicio de Rentas Internas (2021), en el país existen más de 614 mil personas registrados en el Régimen Simplificado (RISE), las que por diariamente realizan actividades de emprendimientos, con sus propios capitales y bajo su propio riesgo, muchas veces sin contar con el financiamiento de una entidad crediticia autorizada.

De estos últimos datos muy pocos son los emprendimientos familiares que llegan a convertirse en empresas familiares, legalmente constituidas y registradas por el ente de control, muchas veces por desconocimiento del trámite y de los beneficios que pueden obtener con este proceso y en otros casos el temor al fracaso.

EMPRENDIMIENTOS FAMILIARES: COMO TRANSFORMARSE EN EMPRESAS FAMILIARES DURADERAS

El desconocimiento del proceso para poder constituir una empresa legalmente es una de las causas por las que muchos emprendedores no avanzan con sus negocios, otra causa es el manejo empírico de los emprendimientos, no realizan un estudio a fondo de las actividades que van a realizar, el público al que se van a destinar los bienes o servicios y el capital que requieren para su normal desarrollo.

En una investigación realizada por Beatriz Maldonado (2020), resalta las fortalezas de los emprendimientos familiares tomando como principales, el compromiso familiar, la continuidad del conocimiento y la confiabilidad y el orgullo.

No hay mejor emprendimiento que el que compromete a toda la familia, quien impulsa a cada uno de sus miembros a participar de manera activa en el proceso, con el objeto de buscar fuentes económicas para todos y mantener el proyecto vivo para ser transmitido a futuras generaciones.

Los familiares que se involucran en el emprendimiento, van desarrollando habilidades y experiencia en la actividad económica propuesta, van involucrando a más familiares muchas veces desde corta edad esto permite un conocimiento profundo de los procesos.

Cuando desarrollan la pertenencia a una actividad, para cada miembro del núcleo familiar es un orgullo resaltar el nombre del emprendimiento, su trayectoria en el tiempo y la necesidad de seguir manteniendo mejorando y transformando sus procesos para volverlo competitivo, manteniendo su esencia.

En el Ecuador, después de un análisis realizado por las autoridades, en el mes de febrero de 2020, la Asamblea Nacional Pública mediante Registro oficial 151, la Ley Orgánica de Emprendimiento e Innovación, que tiene como objeto incentivar y fomentar el

emprendimiento, la innovación y el desarrollo tecnológico.

La mencionada Ley en su artículo 3, define los conceptos de emprendimiento, innovación, emprendedor, entre otros términos. Se considera emprendimiento a aquellos proyectos que busquen cubrir necesidades y que tiene la necesidad de ser organizado y desarrollado condicionando a que debe brindar nuevas fuentes de empleo y que se haya concebido hace menos a cinco años.

En el artículo 5 del mismo cuerpo legal numeral 2: “Simplificar trámites para la creación, operación y cierre de empresas, en todos los niveles de gobierno”. En este sentido emite disposiciones reformativas a la Ley de Compañías, en las que permite la creación de un nuevo tipo de sociedad denominada por acciones simplificadas; y regula a partir de estas reformas el proceso de creación, control, responsabilidades, prohibiciones y liquidación de la misma.

Algo muy importante de esta Ley es que da indicaciones para la creación de la Secretaría Técnica del Consejo Nacional para el Emprendimiento e Innovación, misma que durante julio de 2021, tuvo su primera reunión en la que se definió la estrategia nacional de emprendimiento, que permitirá dinamizar la cadena de valor de los sectores productivos.

Con todo esto los emprendedores familiares pueden acogerse a este nuevo esquema e ir dando un giro más formal a sus actividades.

FORMACIÓN DE SOCIEDADES POR ACCIONES SIMPLIFICADAS

La presente investigación se va a centrar en una de las debilidades de los emprendimientos familiares, esto es, su funcionamiento empírico, pero lo cual un camino que puede ayudar a que los emprendimientos familiares se sustenten dentro del tiempo es convertirlos en empresas familiares, como ya antes se mencionó.

Según la Organización de las Naciones Unidas y la Organización de los Estados Americanos, una manera fácil de emprender es utilizar a las Sociedades por Acciones Simplificadas; permitiendo a los emprendedores obtener recursos para su financiamiento externo.

Desde 1996 en que Francia aplicó este modelo, muchos otros lo han incorporado mencionando a Chile en 2007; Colombia en 2008; República Dominicana en 2011; México en 2016; Perú y Guatemala en 2018; mostrando como respaldo que el modelo de sociedad es funcional y permite alcanzar el objetivo, impulsar los emprendimientos y permitir que los mismos puedan financiar sus operaciones de mejor manera.

Para la creación de una Sociedad por Acciones Simplificadas en Ecuador se requiere de algunas consideraciones:

1. Número de Socios: Puede crearse con un solo socio.
2. Valor de aporte para el capital: el capital es el valor que la sociedad necesita para financiar sus operaciones, este valor puede ser aportado en dinero o en bienes;

al momento de la constitución no es necesario entregar los valores acordados, se tiene 24 meses para el aporte en una cuenta bancaria a nombre de la empresa constituida.

3. Clase de acciones: los socios que se han puesto de acuerdo en crear la sociedad, tienen la potestad de decidir si las acciones serán negociables libremente, o si necesitarán de autorización de toda la junta general para ser transferidas a una persona diferente a la familia.

4. Por último la creación se la realiza en línea mediante las herramientas tecnológicas de la superintendencia de compañías.

BENEFICIOS DE TRANSFORMARSE EN UNA SOCIEDAD POR ACCIONES SIMPLIFICADAS

Como se ha mencionado con anterioridad todo emprendimiento principalmente necesita de un financiamiento para poder funcionar, en el caso de los emprendimientos familiares, los riesgos de este financiamiento es asumido por el miembro principal del negocio, siendo el 77% de los negocios familiares quienes tienen recursos propios, según el estudio PwC Global Family Business Survey (2018).

Según el estudio de PwC Global Family Business Survey 2018, “la primera opción de financiamiento, con un uso de 93%, es el crédito bancario. Adicionalmente, 5% de las empresas familiares están dispuestas a utilizarlo próximamente mostrando la alta confianza depositada en la banca privada” (PriceWaterhouse Coopers, 2018).

En este sentido las sociedades por acciones simplificadas pueden acogerse a los programas que entidades públicas y privadas entreguen, dentro de las entidades públicas pueden participar de proyectos en la Corporación Financiera Nacional, Banco Nacional de Fomento; en el caso nombramiento del representante legal de la empresa; Acta de la Junta de socios de la empresa; detallar garantías de entidades públicas. Para lo cual se debe desarrollar el proyecto, recolectar la lista de requisitos y presentar su solicitud. Las entidades del sector privado que proporcionan financiamiento para emprendedores Banco del Pichincha, ha desarrollado un producto respaldado por crédito de la Corporación Financiera Internacional (IFC), crédito enfocado para pymes que pertenecen a mujeres; Banco de Guayaquil, Produbanco, Banco del Pacífico, Banco solidario son algunas de las entidades financieras que tienen desarrollados productos para emprendedores.

Requisitos básicos generales a presentar son: Copia de la escritura de constitución; Copia del y autorizar al representante legal que lo tramite, Registro único de contribuyentes.

Estos créditos se pueden utilizar para adquirir activos fijos y capital de trabajo.

RESULTADOS

Durante el año 2019 se visualiza un crecimiento del 36,2% de la actividad

emprendedora, en referencia al año 2013, este incremento seguía un patrón de gestación y arranque de los emprendimientos, pero no se habían consolidado aún, durante 2020 con la llegada de la pandemia por Covid 2019, muchos de estos nuevos emprendedores se vieron obligados al cierre de sus negocios como el resto de empresas.

En el año 2021, aún se mantiene las percepciones y actitudes de emprendimiento con niveles favorables, es aquí donde la etapa de consolidación es muy necesaria, para lograr que estos emprendimientos perduren en el tiempo y sigan pasando por las generaciones familiares.

Como ya se mencionó antes, existen alternativas de financiamiento, mejoramiento de sectores productivos, que permitan a los emprendimientos beneficiarse de ellos con capitales de trabajo a bajas tasas de interés.

En un análisis realizado en el año 2022, por la Superintendencia de Compañías; se muestra que se ha incrementado la legalización de emprendimientos, pasando a la creación de Sociedades por Acciones Simplificadas de un promedio de 800 a 1900 mensuales.

Estos resultados han desencadenado condiciones de empleo formal, brindando a los empleados afiliación al Seguro Social y pago de Beneficios de Ley.

Este incremento se mantiene durante el año 2023 donde el 89% de las constituciones de compañías representa a las Sociedades por Acciones Simplificadas.

CONCLUSIONES

Las actividades de las empresas familiares se consideran a nivel mundial una fuente de ingresos importantes, siendo en Ecuador el 51% del PIB, según la empresa consultora ecuatoriana Fambu-siness (2016); estas actividades generan fuentes de empleo y aportan con sus impuestos al desarrollo de los países.

Las empresas familiares a pesar de ser un importante aporte, no logran sobrevivir a la tercera generación, siendo los problemas principales la falta de una planificación estratégica y una dirección de personal técnico, esto último no siempre pasa, dado que dentro de la familia muchas veces los mismos familiares estudian y se preparan para dirigir la empresa. Otro problema es la falta de acuerdos dentro de las familias, que no permiten que los administradores puedan tomar decisiones para su crecimiento. Por último el financiamiento, que se vuelve de difícil acceso para aquellas empresas no constituidas legalmente.

El gobierno Ecuatoriano, consiente de los beneficios que aportan los emprendimientos tanto al pago de impuesto, generación de empleos, así como a dinamizar la economía, ha desarrollado la Ley Orgánica de Emprendimiento e Innovación; que regula la creación de entidades y procesos que apoyan al emprendedor, desde la creación de un catastro que permita identificar sus necesidades de financiamiento y apoyarla, hasta involucrar al sector privado en el desarrollo de más programas de financiamiento.

Por último la creación de una sociedad, que hasta hace 2 años era un proceso muy costoso y difícil se ha visto simplificado, como un incentivo para que los emprendimientos se transformen en empresa y puedan competir libremente, por financiamiento y crecer impulsando sus ventas inclusive en el exterior. Solo sé mencionará a la empresa La Fabril como ejemplo, en 1968 fue creada y su principal necesidad siempre fue el capital, que poco a poco fueron ganando espacio en el mercado y superando los problemas.

REFERENCIAS

Asamblea Nacional Pública del Ecuador. (Febrero 28, 2020). Suplemento del Registro Oficial No. 151. Ley Orgánica de Emprendimiento e innovación.

Suplemento al Registro Oficial No. 151

<https://www.registroficial.gob.ec/index.php/registro-oficial-web/publicaciones/suplementos/item/12640-suplemento-al-registro-oficial-no-151>

Fambusiness. (Septiembre 3, 2016). Consultoría en Empresas Familiares. <https://iccfamilybusiness.com/>

Kirzner, I. (1960). *The Economic Point of View*. Princeton: Van Nostrand.

Kunkel, S.W. (1991). El impacto de la estructura de la estrategia y de la industria en nuevo funcionamiento de la empresa. Doctoral Dissertation, University of Georgia, Dissertation Abstracts International, 52- 06A, # 2205.

Mill, John Stuart. [1848] 1965. *Principles of Political Economy*. Nueva York, A.M. Kelley Publishers.

Mill, J. S. (1951). *Principios de Economía Política; con algunas de sus aplicaciones a la filosofía social*. México: Fondo de Cultura Económica.

Mises, L. (1949). *Human Action*. New Haven: Yale University Press.

(PriceWaterhouse Coopers. (2020). Encuesta de Empresas Familiares Edición Ecuador. <https://www.pwc.ec/es/family-business-survey-2018-template.html>

Roman, M. Duarte, M. Cabrera, V. Jiménez E. (2020). *Revista Venezolana de Gerencia*, 3. 563 – 571. <https://doi.org/10.37960/rvg.v25i3.33390>

Schumpeter, J. (1912). *Théorie de l'Evolution Economique*. Paris: Dalloz. (Original en alemán, 1935).

Stevenson, H., Roberts, M., & Grousbeck, H. (1989). *Managing growth*. New Business Ventures and the Entrepreneur. Homewood, IL: Irwin.

Stevenson, H. & Gumpert, D. (1985). The heart of entrepreneurship. *Harvard Business Review*, (March-April), 85-94.

UEES. (2017). Universidad de Especialidades Espíritu Santo. <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/economia/4/en-el-pais-el-90-5-de-empresas-son-familiares>.

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de extensionistas em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias. Editora de Seção ‘Saúde’ da Revista Brasileira de Extensão Universitária (RBEU). Revisora *ad hoc* de revistas nos campos da saúde e extensão universitária.

A

Ação extensionista 15

Assentamentos 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58

C

Comunidades originárias 3, 6

Conhecimentos 28, 38

Cultura da conexão 29, 43

D

Desarrollo económico 62

Divulgação científica 17, 22

E

E-learning 28, 29, 30, 42

Emprendedores 60, 62, 64, 65, 66, 67

Emprendimientos familiares 60, 61, 62, 64, 65, 66

Empresas familiares 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Extensão universitária 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 70

F

Financiamiento 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68

G

Grupos sociais 3

H

História oral 2, 3

I

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária 47

L

Letramento audiovisual 28, 29, 31

Letramento científico 17, 23

Ley Orgánica de Emprendimiento e Innovación 61, 64, 67

M

Memórias coletivas 3

Movimentos sociais 45

N

Nativos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11

Núcleo familiar 64

P

Plataforma online 30, 41

Populações de baixa renda 46

Popularização da ciência e tecnologia 20, 23, 26, 70

Produção científica 15

Produtores familiares 44, 45, 46, 50, 52, 53, 55, 56

Produtores rurais 44, 45, 46, 48, 50

Progresso civilizatório 4

Projetos de intervenção 19, 20, 21, 23, 24

Publicações 13, 17, 22

S

Saberes 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 32, 41, 70

Saúde pública 14, 15, 16, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 70

Serviço Social 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 70

Sociedades legalmente constituídas 61

T

Teroria Ator-Rede 29, 42

Tutoriais 28, 29, 32, 35, 38, 40, 41

U

Uso da terra 45

PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br